Estudo sobre

Os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no contexto da pandemia Covid-19

Relatório

31/07/2020

Uma parceria entre a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, o Sindicato dos Jornalistas, a Sopcom, o Ceis20, da Universidade de Coimbra, o ICS e o CAPP, da Universidade de Lisboa, e o CECS, da Universidade do Minho

Com o apoio

Estudo sobre

Os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no contexto da pandemia Covid-19

Relatório

FICHA TÉCNICA

Título:

Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19. Relatório

Autores:

Carlos Camponez, João Miranda, Joaquim Fidalgo, José Luís Garcia, José Nuno Matos, Madalena Oliveira, Paulo Martins e Pedro Alcântara da Silva

Instituições parceiras:

Ceis20 (Universidade de Coimbra), CAPP e ICS (Universidade de Lisboa), CECS (Universidade do Minho), Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, Sindicato dos Jornalistas e Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação

ISBN:

978-989-99840-7-3

Edição gráfica:

Sopcom

Citação:

Camponez, C., Miranda, J., Fidalgo, J. Garcia, J. L., Matos, J. N., Oliveira, M., Martins, P. & Silva, P. A. (2020). *Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19. Relatório*. Lisboa: Sopcom

© 2020

Sumário

Sumário executivo i

O domicílio substitui as redações e a pandemia domina a agenda iii

Expectativas sobre a profissão estão em forte baixa iv

Jornalistas estão preocupados com as questões de rigor v

O apoio do Estado aos média e à informação de qualidade v

Introdução 1

Jornalismo em tempo de informação global 3

Objetivos 4

Metodologia 5

Acerca do estudo e perspetivas futuras 5

Amostra 7

Breve caracterização dos respondentes 9

Situação laboral 13

Covid-19 aumenta precariedade no jornalismo 15

Situação antes da Declaração do Estado de Emergência 15

Situação após a Declaração do Estado de Emergência 19

Filiação sindical 21

Rotinas e atitudes 23

Jornalismo no domicílio 25

Jornalismo mais concentrado e hierarquizado 26

Menos reportagem, mais tecnologia, mais meios pessoais 28

Expectativas 31

Mais instabilidade, menos expectativa 33

Perder e encontrar novo emprego 33

Progredir na carreira ou deixar a profissão? 38

Deontologia 45

Deontologia jornalística no contexto do Estado de Emergência 47

Princípios, valores e procedimentos deontológicos 49

Conteúdos patrocinados 51

Financiamento 55

Que medidas de apoio defendem os jornalistas para promover a qualidade dos média? 57

Índice de figuras

Figura 1: Número de respondentes 9
Figura 2: Distribuição da amostra por sexo 9

Índice de tabelas

Tabela 1: Desenvolvimento de atividade como jornalista (n= 890, total de respondentes ao inquérito) 15
Tabela 2: Relação de trabalho no momento da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 16
Tabela 3: Situação laboral em regime de prestação de serviços no momento da DEE (n=192, correspondente aos respondentes em situação de prestação de serviços) 16
Tabela 4: Valor bruto da remuneração mensal no momento da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 17
Tabela 5: Relação de trabalho e idade, formação escolar e condição profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 18
Tabela 6: Situações decorrentes da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 19
Tabela 7: Novas situações no jornalismo (relação de trabalho) após a DEE (n=94, total de respondentes que viram a sua situação laboral alterada após a DEE) 19
Tabela 8: Relação de trabalho após a DEE (n=799 , total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 20
Tabela 9: Novas situações no jornalismo (Valor bruto da remuneração mensal) (n=205, correspondentes às situações de remuneração em que se registaram alterações) 20
Tabela 10: Valor bruto da remuneração mensal após a DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 21
Tabela 11: Filiação no Sindicato dos Jornalistas no momento da DEE (n=890, total de respondentes ao inquérito) 21
Tabela 12: Percentagem de temas relacionadas com a COVID-19 no conjunto de matérias desenvolvidas pelos jornalistas após a DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 25
Tabela 13: Principal local de trabalho (antes e depois da DEE) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 26
Tabela 14: Número de conteúdos produzidos por semana (antes e durante a DEE) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 27
Tabela 15: Número de horas dedicadas, por semana, à atividade profissional como jornalista (antes e durante a DEE) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) ... 27
Tabela 16: Hierarquia dos métodos de contacto com as fontes de informação, antes da DEE (valores em %; n=799, , total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 28
Tabela 17: Hierarquia dos métodos de contacto com as fontes de informação, depois da DEE (valores em %; n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 28
Tabela 18: Impacto dos recursos tecnológicos no futuro do jornalismo e nos valores deontológicos do jornalismo (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 29
Tabela 19: Modo de deslocação predominante quando saía em reportagem (antes e durante a DEE) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 29
Tabela 20: Comparação das perceções sobre a probabilidade de perder o trabalho de jornalista a curto prazo antes e depois da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 33
Tabela 21: Comparação das perceções sobre a probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 34
Tabela 22: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, entre *homens e mulheres (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 34
Tabela 23: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por grupos *etários (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista* 35

Tabela 24: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por meio (n=799, *total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 36
Tabela 25: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por âmbito *geográfico (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 37
Tabela 26: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por vínculo de *relação laboral (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 37
Tabela 27: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por condição *profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 38
Tabela 28: Comparação das perceções sobre a probabilidade de progredir na carreira de jornalista se estivesse desempregado antes e depois da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 39
Tabela 29: Comparação das perceções sobre a probabilidade de deixar a profissão antes e depois da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 39
Tabela 30: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, entre homens e mulheres (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade *profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 40
Tabela 31: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por grupo etário (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, *principal ou secundária, como jornalista)* 40
Tabela 32: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por meio (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou *secundária, como jornalista)* 41
Tabela 33: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por âmbito geográfico 41
Tabela 34: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por vínculo profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista) 42
Tabela 35:Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por condição profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade *profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 43
Tabela 36: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (n=890, total de respondentes ao inquérito) 47
Tabela 37: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (Respostas por escalões etários) (n=890, total de respondentes ao inquérito) 47
Tabela 38: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (Respostas por título profissional) (n=890, total de respondentes ao inquérito) 48
Tabela 39: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (Respostas por remuneração mensal) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, *como jornalista)* 48
Tabela 40: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (Respostas por tipo de relação laboral) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou *secundária, como jornalista)* 48
Tabela 41: Princípios, valores e procedimentos que mais foram postos em causa na cobertura jornalística do Estado de Emergência? (Até cinco opções) (n=505, total de respondentes que consideraram que a DEE colocou questões deontológicas ao exercício do jornalismo) 49
Tabela 42: Princípios, valores e procedimentos que mais foram postos em causa na cobertura jornalística do Estado de Emergência. (Até cinco opções) – Resposta por escalões etários (n=505, total de respondentes que consideraram que a DEE colocou questões *deontológicas ao exercício do jornalismo)* 50
Tabela 43: Princípios, valores e procedimentos que mais foram postos em causa na cobertura jornalística do Estado de Emergência (Até cinco opções) - Respostas por tipo de meio de comunicação (n=456, total de respondentes com

atividade profissional, principal ou *secundária, como jornalistas e que consideraram que a DEE colocou questões deontológicas ao exercício do jornalismo)* 50
Tabela 44: Durante este período, os seus editores/diretores pediram-lhe trabalhos que podem configurar os chamados "conteúdos patrocinados" por entidades externas à sua empresa? (n=799 total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou *secundária, como jornalista* 51
Tabela 45: Durante este período, os seus editores/diretores pediram-lhe trabalhos que podem configurar os chamados "conteúdos patrocinados" por entidades externas à sua empresa? (Respostas por título profissional) (n=799, total dos respondentes que declararam ter *atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 51
Tabela 46: Durante este período, os seus editores/diretores pediram-lhe trabalhos que podem configurar os chamados "conteúdos patrocinados" por entidades externas à sua empresa? (Respostas por escalões etários) (n=799, total dos respondentes que declararam ter *atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 52
Tabela 47: Durante este período, os seus editores/diretores pediram-lhe trabalhos que podem configurar os chamados "conteúdos patrocinados" por entidades externas à sua empresa? (Respostas por remuneração mensal) (n=799, total dos respondentes que declararam ter *atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)* 52
Tabela 48: Mecanismos que o Estado deve ou pode promover para apoiar a comunicação social (Questão com possibilidade de resposta múltipla) (n=614, total de respondentes que consideraram que o Estado deveria apoiar o jornalismo) 58
Tabela 49: Mecanismos que o Estado deve ou pode promover para apoiar a comunicação social (no contexto económico suscitado pela Covid-19) (Questão com possibilidade de resposta múltipla) (n=672, total de respondentes que consideraram que o Estado deveria apoiar *o jornalismo no contexto da crise pandémica)* 59

Índice de gráficos

Gráfico 1: Distribuição dos respondentes por grupo etário (n=890, total de respondentes ao inquérito) 9
Gráfico 2: Distribuição dos respondentes por título profissional (n=890, total de respondentes ao inquérito) 10
Gráfico 3: Distribuição dos respondentes por tipo de órgão (n=890, total de respondentes ao inquérito) 10
Gráfico 4: Distribuição dos respondentes por habilitação académica (n=890, total de respondentes ao inquérito). 11

Todas as figuras, tabelas e gráficos constantes no presente relatório têm como fonte o inquérito realizado, entre 22 de maio e 8 de junho de 2020, aos jornalistas portugueses, no âmbito do *Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19*

Lista de abreviaturas

CAPP/UL – Centro de Administração e Políticas Públicas da Universidade de Lisboa
CCPJ – Comissão da Carteira Profissional de Jornalista
CECS/UM – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho
CEIS20/UC – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra
Covid-19 – Coronavirus Disease 2019
DEE – Declaração do Estado de Emergência
ICS/UL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
RIEJ – Rede Interuniversitária de Estudos sobre os Jornalistas
SJ – Sindicato dos Jornalistas
Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação

Sumário executivo

Jornalismo em contexto de Estado de Emergência

Jornalismo em contexto de Estado de Emergência

A análise às respostas ao inquérito, realizado entre os dias 22 de maio e 8 de junho de 2020, a 890 profissionais detentores de um título de jornalista ou de equiparado, inscritos na Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), dá-nos a imagem geral de que o jornalismo também viveu tempos de confinamento, na sequência das seis semanas em que decorreu a Declaração de Estado de Emergência (DEE), em Portugal. O domicílio dos jornalistas substituiu as redações, o número dos profissionais que deixaram de fazer reportagem aumentou, uma percentagem significativa enfrentou as consequências do *lay-off* e viu os seus rendimentos ou os do seu agregado familiar baixarem. As tendências de precarização da profissão e a crise dos média agudizaram-se.

Estes são alguns dos resultados do *Estudo sobre os Efeitos da Declaração do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19*, uma iniciativa realizada em parceria por investigadores do Centro de Administração de Políticas Públicas e do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, com o apoio da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), do Sindicato de Jornalistas (SJ) e da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom).

As informações recolhidas junto dos jornalistas inquiridos, que representavam 13,3% do total dos profissionais inscritos na CCPJ à data do inquérito, confirmam as tendências de precarização do jornalismo reveladas em outros estudos anteriores: cerca de 50% dos jornalistas inquiridos possuiam contrato permanente de trabalho, 10% tinham contrato a termo certo e 24% trabalhavam em regime de prestação de serviços (com ou sem avença). Um dos sintomas da crescente precarização reflete-se no facto de este fenómeno não se circunscrever aos jovens recém-chegados à profissão: 60,7% dos jornalistas com contrato a termo certo tinham 41 ou mais anos de idade. Tinham igualmente mais de 40 anos 69,7% dos jornalistas sob o regime de prestação de serviços com avença e 69,1% dos prestadores de serviços sem avença. Das respostas ao inquérito verifica-se que esta precarização também não poupava os profissionais com mais formação escolar, nem tão-pouco cargos de direção e chefia.

A situação do emprego dos jornalistas agravou-se com a Coronavirus Disease 2019 (Covid-19[1]), afetando diretamente 11,8% da amostra, que correspondem a 94 profissionais de um total de 799 respondentes que estavam a exercer a profissão no momento da DEE. Estes casos resultam, entre outras, de situações de novos desempregados (17%), de jornalistas abrangidos pela aplicação do *lay-off* (11,1%) e de profissionais que viram chegar ao fim a sua colaboração, em regime de *freelance*.

Em termos remuneratórios, após a DEE, 47% dos jornalistas inquiridos responderam que tinham um rendimento bruto mensal igual ou inferior a 900 euros. As taxas de sindicalização dos jornalistas desta amostra eram de 22,8%.

O domicílio substitui as redações e a pandemia domina a agenda

Durante o período da DEE, a pandemia da Covid-19 dominou a agenda jornalística, ocupando de forma esmagadora o trabalho de 68% dos profissionais que desenvolviam a atividade. Destes jornalistas, 39,3% disseram que o tema da Covid-19 representou três quartos do seu trabalho e 29% afirmaram que só trataram questões relacionadas com este assunto. Apenas 4,4% dos jornalistas inquiridos referem não ter tratado temas relacionados com a Covid-19.

Uma boa parte destes trabalhos foi realizada em contexto de teletrabalho, uma vez que, com a DEE, as redações praticamente se transferiram para o domicílio dos jornalistas. Com efeito, se

[1] Acrónimo do inglês *Coronavirus disease 2019*, que significa doença de coronavírus 2019, por referência ao ano em que a doença foi identificada pela primeira vez.

antes da DEE a maior parte do trabalho dos jornalistas inquiridos era realizado nas redações (65,5%), depois da DEE, esse trabalho transferiu-se para os seus domicílios (66,7%). Ainda assim, refira-se que os dados revelaram que a Televisão e a Rádio são os média que mais recorreram ao trabalho presencial, em redação, antes e depois da pandemia, em detrimento dos órgãos de comunicação social impressa, de informação online e das agências noticiosas.

Durante a DEE, os jornalistas recorreram mais a viatura própria para as suas deslocações em serviço, ao mesmo tempo que aumentou o número de jornalistas que responderam ter deixado de sair em reportagem (de 11,5% antes da DEE para 33,5% no período da DEE).

Em contexto de teletrabalho, para contactar com a redação ou obter informação das suas fontes, muitos profissionais tiveram de reforçar o recurso às formas tradicionais de contacto à distância – como o correio eletrónico e o telefone – e recorrer a plataformas, até aí menos habituais, para conversas online, situação que implicou a aquisição de novo material informático, *hardware* e *software*.

O recurso a estes meios é globalmente entendido como *benéfico* ou mesmo *muito benéfico* para o futuro do jornalismo, ainda que muitos dos jornalistas inquiridos pareçam ter uma opinião mais comedida quando se lhes pergunta acerca dos impactes desses recursos sobre os valores deontológicos da profissão.

Expectativas sobre a profissão estão em forte baixa

A situação económica que resultou da DEE adensou a perceção dos jornalistas acerca da falta de expectativas sobre o seu emprego e aumentou significativamente o número de profissionais que admitem a possibilidade de deixar de exercer a profissão.

Com efeito, quintuplicou, o número de profissionais para quem seria, depois da DEE, *muito provável* ou *provável* perder o trabalho de jornalista a curto prazo: se 5,4% dos 799 respondentes admitiam a perda de emprego antes da DEE como *provável* ou *muito provável*, essa percentagem passou a ser de 27% depois da DEE.

Muito embora as diferenças desta perceção não sejam muito expressivas entre os diferentes grupos de profissionais, nota-se que, após a DEE, ela é tendencialmente maior entre as mulheres, os jovens, os jornalistas da Imprensa e dos média regionais. É entre os jornalistas da Rádio, no entanto, que este receio de perder o emprego a curto prazo sofreu maior variação relativa.

Estas perceções adensam-se se tivermos em conta que a visão generalizada expressa no inquérito é a de que o mercado de emprego no jornalismo está em retração, não existindo condições para absorver novos desempregados. Refira-se que as expectativas sobre o mercado de emprego já não eram elevadas antes da DEE, altura em que mais de metade dos jornalistas (51,7%) considerava que as possibilidades de encontrar trabalho no jornalismo eram *pouco* ou *nada prováveis*. Mas, depois da DEE, 83,5 % dos 799 jornalistas que responderam a esta questão passaram a considerar *pouco* ou *nada provável* conseguirem novo emprego no jornalismo, caso se vissem numa situação de desemprego. É entre os jornalistas com contrato a termo certo e os que estão em período de estágio que se registam as expectativas mais baixas acerca da possibilidade de encontrar novo emprego.

Idêntico cenário verifica-se com as expectativas de ascensão na carreira. À exceção dos estagiários inquiridos, para quem as expectativas de progressão se mantêm relativamente elevadas (42,2%) – uma vez que estamos a falar de profissionais no início da carreira –, em todas as restantes categorias mais de metade dos respondentes referiu como *pouco* ou *nada provável* a progressão na carreira. Os redatores e os repórteres são os que acalentavam menos expectativas de progredirem na carreira (82,6%), mas esta visão estava presente em todas as categorias profissionais, com percentagens sempre superiores a 50%.

Por seu lado, é entre os chefes e os subchefes (53,5%) e os colaboradores permanentes

(50,8%) que encontramos as percentagens mais elevadas de profissionais que encaravam como *provável* e *muito provável* a possibilidade de deixarem de exercer a profissão, seguidos pelos fotógrafos e os repórteres de imagem (48,7%) e os redatores e os repórteres (44,8%).

Jornalistas estão preocupados com as questões de rigor

Os jornalistas inquiridos têm uma reflexão crítica acerca do trabalho realizado durante a DEE. Sobre se o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo, 56,7% dos respondentes afirmaram que sim. Esta perceção é mais alta entre os jovens, que têm até 30 anos (65,9%), os estagiários (65,2%) e os que tinham até dois anos de profissão (65%) e só encontra paralelo, em termos de percentagens, entre os inquiridos que auferiam mais de 2.500 euros mensais (63,9%).

Entre os valores e procedimentos que mais foram postos em causa na cobertura jornalística do Estado de Emergência, o *rigor* é claramente o mais indicado, reunindo 80% dos inquiridos. No caso das respostas obtidas, incluíam-se no *rigor* questões como "rejeição do sensacionalismo; distinção entre factos e opinião; repúdio da censura; condutas suscetíveis de atentarem contra a liberdade de expressão e o direito de informar".

O segundo tema que mais preocupava os jornalistas é o das *fontes de informação* (47,2%). Os resultados revelam uma particularidade no que toca aos jornalistas de agências noticiosas abrangidos pelo inquérito: são os únicos em que a dimensão do rigor não surge destacada em relação a outros aspetos deontológicos. Os jornalistas de agências noticiosas identificaram em percentagens iguais (70,4%) o *rigor* e as *fontes* como aspetos sensíveis da cobertura jornalística durante a DEE. Destaque-se também o facto de metade dos jornalistas que só trabalhavam em plataformas online indicarem as dimensões referentes ao *contacto com fontes e testemunhas* como a segunda dimensão ético-deontológica que mais terá sido posta em causa, durante a cobertura dos acontecimentos no período em que vigorou o Estado de Emergência.

O apoio do Estado aos média e à informação de qualidade

O inquérito procurou saber qual a posição dos jornalistas sobre as possibilidades de o Estado apoiar no financiamento dos média. De uma forma geral, as posições eram tendencialmente favoráveis, mas a opinião dos jornalistas é mais consensual quando essa possibilidade se colocou como uma forma de fazer frente à crise das empresas de comunicação social, resultante da Covid-19 e da DEE. Nestas circunstâncias, entre os detentores de contrato a prazo, a percentagem é de 88,1%, seguindo-se os profissionais do jornalismo regional/local (84%), os titulares de Cartão de Identificação de Equiparado a Jornalista e de Cartão de Colaborador nas Comunidades Portuguesas (86,7%) e os membros da direção dos média (86,5%).

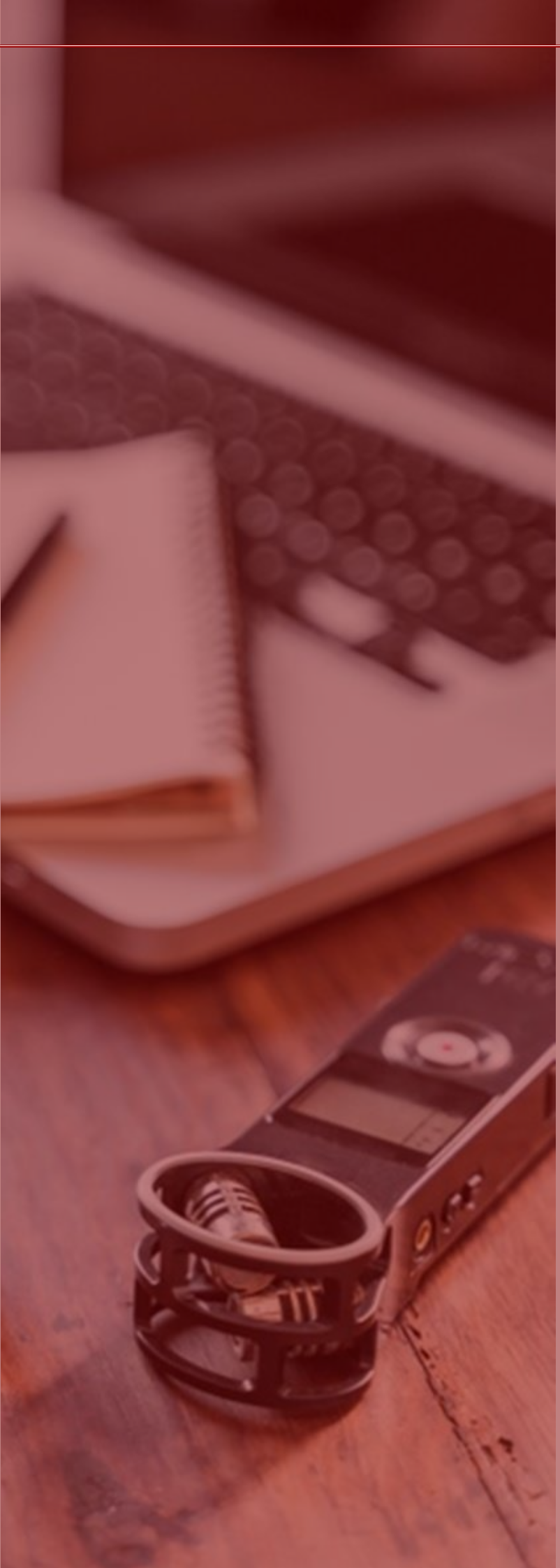
Os jovens jornalistas mostram-se também particularmente sensíveis a esta questão. Referimo-nos aos inquiridos com idade até aos 30 anos (82,6%); aos que têm até dois anos de profissão (82,5%); ou aos que têm entre três e cinco anos de exercício da profissão (82,6%).

EQUIPA DE INVESTIGADORES:

Carlos Camponez (CEIS20/UC)
João Miranda (CEIS20/UC)
Joaquim Fidalgo (CECS/UM)
José Luís Garcia (ICS/UL)
José Nuno Matos (ICS/UL)
Madalena Oliveira (CECS/UM)
Paulo Martins (CAPP/UL)
Pedro Alcântara da Silva (ICS/UL)

CONTACTOS INSTITUCIONAIS:

Carlos Camponez: carlos.camponez@fl.uc.pt
José Luís Garcia: jlgarcia@ics.ulisboa.pt
Madalena Oliveira: madalena.oliveira@ics.uminho.pt
Paulo Martins: pmartins@iscsp.ulisboa.pt



0.

Introdução

Objetivos

Metodologia

Jornalismo em tempo de informação global

As transformações dos meios de comunicação e, especialmente, o desenvolvimento da Internet radicalizaram o conceito original de sociedade da informação, com acesso permanente e imediato a matéria informativa de vária ordem. Embora esta expansão aparentemente gratuita dos fluxos de informação possa sugerir uma certa dispensabilidade do jornalismo, a verdade é que a proliferação de conteúdos tornou ainda mais clara a importância de mediadores que, profissionalmente, têm a responsabilidade social de garantir a qualidade da informação, assegurar critérios capazes de distinguir o relevante do acessório, diferenciar a notícia fundamentada do rumor e priorizar o interesse público relativamente a estratégias privadas. Em regime de abundância de informação, em que todos aparentam poder ser produtores e consumidores de notícias, tornou-se ainda mais óbvio o que deve distinguir os jornalistas de qualquer outro provedor de informação: a mediação com a opinião pública baseada em critérios públicos de recolha, tratamento e distribuição dos conteúdos informativos, que tenham por referência valores éticos e deontológicos escrutináveis pela opinião pública e a partir dos quais os próprios jornalistas possam prestar contas.

Ainda que o acesso à informação já não seja hoje um exclusivo dos jornalistas, é sobre este grupo profissional que continua, de facto, a pender a expectativa de prestação de informação de qualidade, para inspirar confiança e promover uma cidadania ativa orientada por valores da democracia e da participação. É, por isso, preocupante a constatação da organização francesa Repórteres Sem Fronteiras segundo a qual "quase metade dos países-membros da ONU usou a pandemia como pretexto para obstruir a liberdade de expressão"[2].

A crise sanitária provocada pelo novo coronavírus SARS-Cov-19 tem, na verdade, sido experienciada como uma encruzilhada a todos os níveis. Em termos socioculturais e económicos, a pandemia da Covid-19 está a transformar a organização da vida coletiva, com impacte em praticamente todos os setores da sociedade, da saúde à educação, passando pelas condições de trabalho e pela própria gestão das relações interpessoais. Sem paralelo na história recente, o período que o mundo atravessa, desde o início de 2020, tem colocado o jornalismo em circunstâncias que, no limite, configuram um paradoxo: por um lado, diante de uma renovada oportunidade de reconhecimento público e reconquista de públicos; por outro lado, diante de agravados constrangimentos financeiros.

Os acontecimentos decorrentes da pandemia da Covid-19 criaram, efetivamente, um momento de grande mobilização dos média e do jornalismo, que redobraram esforços para a seleção, tratamento e divulgação de dados e notícias relevantes para o esclarecimento dos cidadãos, ao mesmo tempo que desencadearam uma reaproximação com os seus públicos. A agenda dos meios de comunicação social focou-se quase exclusivamente na propagação mundial da infeção, abordando a pandemia de todos os ângulos: político, económico, social, cultural, científico e humanitário. Com frequência, no entanto, atribuindo-se o papel social de iluminar certas dimensões da vida pública, recai sobre o jornalismo uma certa opacidade, que resulta do facto de estarmos a falar de uma atividade que se esconde por detrás do efeito daquilo que dá a ver, como uma tela de cinema ou ecrã que se faz esquecer nas imagens que projeta.

Durante a pandemia, em Portugal, mas também noutros países, a circulação de jornais em papel sofreu um acentuado decréscimo. Porém, o acesso aos portais dos principais órgãos de informação – nalguns casos com *paywalls* temporariamente suspensas – registou um aumento muito significativo. Também as audiências de Televisão refletiram o aumento generalizado de consumo dos média. Não obstante, se foi favorável a um maior recurso aos meios de comunicação social

[2] Ver https://rsf.org/pt/noticia/coronavirus-quase-metade-dos-paises-membros-da-onu-usaram-pandemia-como-pretexto-para-obstruir

convencionais como fonte de informação, a crise sanitária também agudizou as graves dificuldades que afetam os média. Como outros setores da vida económica e social do país, os meios de comunicação social e os jornalistas não escaparam aos efeitos da pandemia da Covid-19 e da Declaração do Estado de Emergência (DEE). Algumas empresas recorreram a medidas como o *lay-off* invocando, por exemplo, no caso da informação especializada, a quebra abrupta de receita publicitária e a suspensão das atividades desportivas. Deste modo, a crise do modelo de negócio que já antes se fazia sentir, transformou-se numa crise financeira premente, ao ponto de tornar mais urgente a discussão acerca da possibilidade de apoio do Estado à sustentabilidade da comunicação social[3]. Neste quadro, e não obstante a exigente condição ético-deontológica que, em determinados contextos, torna a profissão extremamente sensível, o jornalismo é também uma ocupação cada vez mais fragilizada por condições económicas desfavoráveis.

Objetivos

O estudo do qual divulgamos, no presente relatório, os principais resultados foi motivado por estas preocupações acerca do jornalismo e por um sentido de serviço público que juntou académicos, jornalistas, associações socioprofissionais e centros de investigação.

Investigadores do Centro de Administração de Políticas Públicas e do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade, do Minho, e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, estabeleceram uma parceria com a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas (CCPJ), o Sindicato de Jornalistas (SJ) e a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), com o objetivo de realizar, entre maio e julho de 2020, um estudo destinado a perceber os efeitos da DEE no jornalismo. Na certeza de que não podemos exigir a qualidade da informação dispensando-nos de pensar nos profissionais responsáveis pelo seu tratamento, foi identificado um conjunto de perguntas de partida que serviram de orientação ao estudo:

> Como terá a DEE, durante seis semanas consecutivas, afetado a situação laboral dos jornalistas, em Portugal?
>
> Como se repercutiu a pandemia na situação profissional dos jornalistas?
>
> Que questões ético-deontológicas se tornaram mais sensíveis no contexto da crise sanitária?
>
> Que consequências teve a pandemia nas perspetivas de carreira dos jornalistas?
>
> Que efeitos está toda esta nova situação a ter nos profissionais do jornalismo e na qualidade da informação disponibilizada no espaço público?

Tendo por referência a data de 18 de março de 2020 – dia em que a Assembleia da República debateu e aprovou a Resolução n.º 15-A/2020, através da qual autorizou o Presidente da República a declarar o Estado de Emergência em Portugal – a investigação pretendeu reunir dados sobre a situação crítica que os média e os jornalistas viveram durante o período da DEE. Entre os principais objetivos do estudo, destacam-se os seguintes:

> – conhecer tendências acerca das condições socioprofissionais dos jornalistas, na primavera de 2020;
>
> – analisar os efeitos da DEE no emprego dos jornalistas;

[3] O Governo publicou, a 6 de maio, o Decreto-Lei nº. 20A/2020, em que estabelece um regime excecional e temporário de aquisição de espaço para publicidade institucional aos órgãos de comunicação social. A iniciativa surgiu como uma medida para apoiar os média, no âmbito da Covid-19, através de compra antecipada de publicidade institucional, no valor de 15 milhões de euros, durante um ano.

– reunir informação sobre as perceções dos próprios jornalistas acerca dos média e da sua profissão, durante o período antes e depois da DEE;

– compilar dados relevantes para instruir eventuais políticas e estratégias públicas de intervenção em matérias de natureza laboral e na promoção de informação de qualidade.

Metodologia

Para a concretização dos objetivos do estudo, foi aplicado um inquérito por questionário online a uma amostra não representativa do universo de 6.678 jornalistas inscritos na Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas (CCPJ), à data de maio de 2020. Com um total de 97 perguntas, o questionário resultou de um debate prévio com jornalistas e membros da direção do SJ e da CCPJ. As questões procuraram abarcar todas as diferentes realidades desses profissionais e o inquérito foi sujeito a um teste prévio antes de se proceder à sua divulgação.

O inquérito, aplicado entre os dias 22 de maio e 8 de junho de 2020, foi disponibilizado pela CCPJ a todos os detentores de um título profissional ou equiparado, a partir da plataforma LimeSurvey (em conta baseada no servidor do CECS/UM). A chamada à participação dos jornalistas gerou 2.397 respostas anónimas ao inquérito, das quais foram consideradas apenas as 890 completas, dado que 1.507 não foram submetidas ou completadas. Os dados foram sujeitos a tratamento em SPSS (estatística descritiva), tendo os resultados preliminares do estudo sido apresentados e discutidos nos Encontros Lusa, durante o Webinar "Jornalismo em teletrabalho: o futuro?", realizado no dia 30 de junho.

A aplicação de um inquérito online apresenta algumas vantagens, tais como os curtos tempos de recolha dos dados, os baixos custos económicos associados e a mais fácil disseminação do inquérito junto da população alvo, neste caso, os jornalistas registados na CCPJ. Em contrapartida, este tipo de ferramenta de recolha de informação apresenta, também, algumas limitações, em particular, o risco de obtenção de baixas taxas de resposta e as dificuldades de controlo da amostra.

A amostra resultante da aplicação deste questionário é significativamente numerosa (890 indivíduos), porém não é representativa. Trata-se de uma amostra não probabilística, sem sujeição a escolha aleatória dos respondentes e sem margem de erro definida para os resultados. Embora todo o universo dos jornalistas com título profissional tenha sido contactado para responder ao questionário, a resposta foi espontânea e voluntária. Ainda assim, tendo em conta a taxa de resposta obtida e o número de questionários considerados válidos para análise, as características da amostra são, em vários parâmetros, muito próximas das características do universo de jornalistas registados na CCPJ. Os resultados são, por isso, válidos para retirar tendências e conclusões rigorosas em cada uma das dimensões de análise.

Acerca do estudo e perspetivas futuras

O relatório do *Estudo sobre os Efeitos da Declaração do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19* estrutura-se em seis pontos. O primeiro destina-se à apresentação dos elementos sociográficos dos profissionais que responderam ao inquérito. Para uma primeira abordagem sobre a relevância e a qualidade desta amostra, foi realizada também uma comparação sumária com os dados estatísticos disponibilizados pela CCPJ, onde se salientam as aproximações estatísticas mais assinaláveis.

De seguida, procedeu-se à exposição dos principais resultados referentes à situação laboral dos jornalistas, antes e depois da DEE. Esta parte incide sobre um dos elementos determinantes para avaliar os efeitos da crise da pandemia nos jornalistas, nomeadamente, na sua situação salarial e de emprego.

No ponto 3 deste relatório, procurou-se analisar a forma como a DEE alterou os hábitos e atitudes de trabalho dos jornalistas, tendo por base questões como o local de trabalho, o método de contacto com as fontes, a utilização de recursos e rotinas produtivas em contexto de teletrabalho.

Um aspeto considerado importante para aferir o sentimento dos jornalistas acerca da sua profissão foi perceber quais as suas expectativas sobre o mercado de trabalho. Por isso, procurou-se entender, no ponto 4, como percecionam os jornalistas a solidez do seu emprego; a capacidade do mercado de trabalho, no jornalismo, para absorver os desempregados; as possibilidades de promoção na carreira; e as expectativas acerca de continuarem ou abandonarem a profissão.

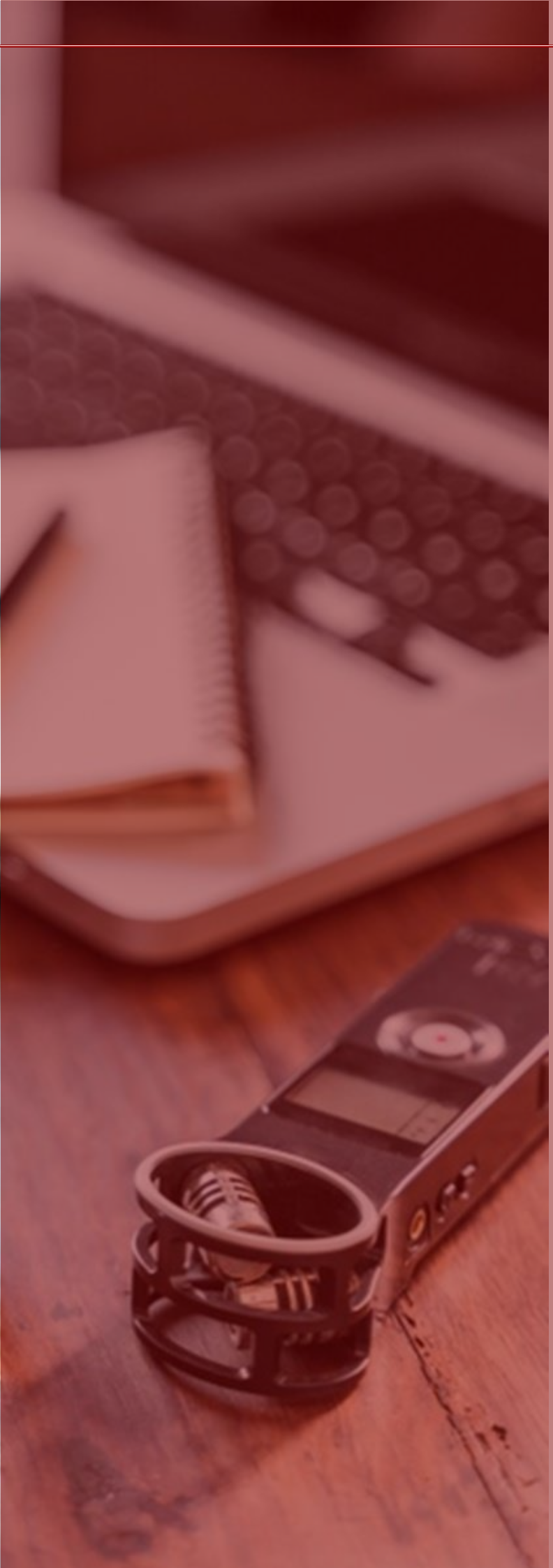
Houve também uma preocupação em perceber qual a leitura que os jornalistas fizeram sobre a cobertura jornalística dos acontecimentos durante o período da DEE. Neste aspeto, construímos um conjunto de questões sobre os valores normativos do jornalismo, tendo por base as recomendações dos documentos de referência relativos aos deveres do jornalista, em Portugal, consignados no artigo 14º. do Estatuto Profissional do Jornalista[4] e no Código Deontológico do Jornalista[5], cujos resultados detalhamos no ponto 5 deste relatório.

Finalmente, no ponto 6, procurámos perceber a própria leitura dos jornalistas acerca de um debate recorrente, mas a que a DEE deu particular expressão, sensibilidade e urgência: é aceitável que os média e o jornalismo recebam apoio do Estado de modo a garantir a qualidade da informação pública e assegurar a sobrevivência das empresas de comunicação social face à crise económica e social suscitada pela Covid-19?

Com a publicação destes resultados, fecha-se a primeira fase dos trabalhos sobre os efeitos da DEE sobre o jornalismo. Numa segunda fase, procurar-se-á que os resultados sejam desenvolvidos, aprofundados e discutidos a partir de investigações científicas a realizar a curto prazo, tendo por base enquadramentos teóricos da sociologia das profissões, da economia política dos média e da ética e deontologia do jornalismo. Para o efeito, os centros de investigação que estiveram na base da realização desta pesquisa constituíram, um grupo informal, aberto a toda a comunidade científica, com a denominação Rede Interuniversitária sobre Estudos dos Jornalistas (RIEJ), que dará continuidade a esta investigação e desenvolverá novos projetos de estudo sobre os profissionais do jornalismo, procurando acompanhar o modo como as expectativas sociais sobre a informação por eles produzida se compagina com as suas reais condições e práticas de trabalho.

[4] De acordo com a Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, cujo texto foi consolidado, de acordo com a alteração introduzida pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, e retificado pela Declaração de Rectificação n.º 114/2007. Disponível em https://www.ccpj.pt/media/1042/estatuto-do-jornalista.pdf

[5] Disponível em https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/



1.

Amostra

Caracterização dos respondentes

Breve caracterização dos respondentes

De acordo com os dados extraídos no dia 9 de junho de 2020, a partir da plataforma LimeSurvey, responderam ao inquérito de forma completa 890, jornalistas que representam 13,3% do total de jornalistas registados à data (6.678) na Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas (CCPJ).

Dos 890 respondentes, 567 são homens e 323 mulheres. A distribuição da amostra por sexo é muito próxima da distribuição global do total dos jornalistas portugueses. Dos 6.678 jornalistas 63,3% são homens e 36,7% são mulheres. Na amostra, a distribuição tem uma divergência mínima de décimas: 63,7% são homens e 36,3% são mulheres.

Figura 1: Número de respondentes

Figura 2: Distribuição da amostra por sexo

A média de idade dos respondentes é de 47 anos, variando entre os 19 e os 83 anos (Gráfico 1). Relativamente à categoria de título profissional, tal como no universo dos jornalistas, também no conjunto de respondentes, a maioria (79%) é titular de Carteira Profissional de Jornalista (Gráfico 2).

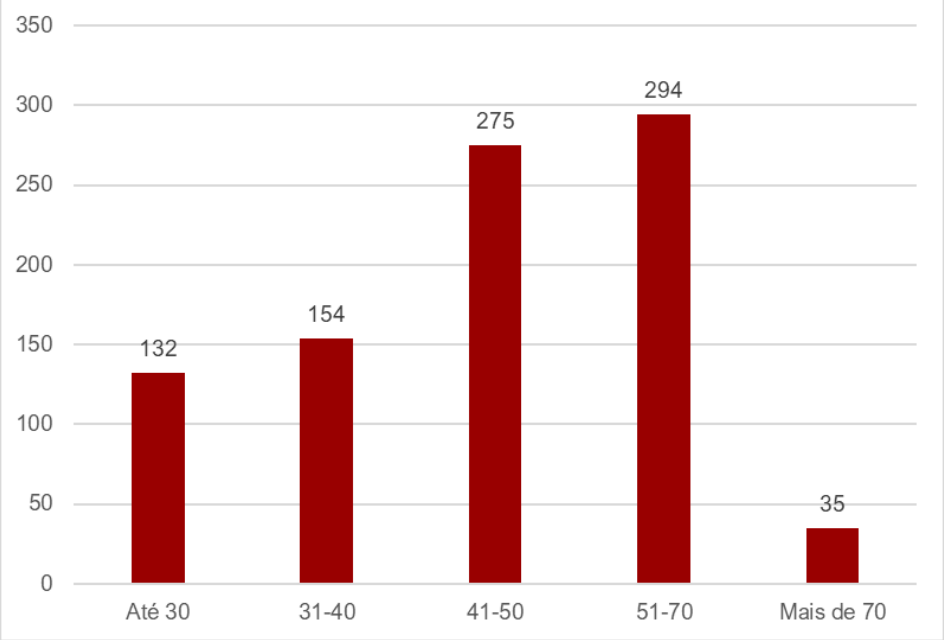


Gráfico 1: Distribuição dos respondentes por grupo etário (n=890, total de respondentes ao inquérito)

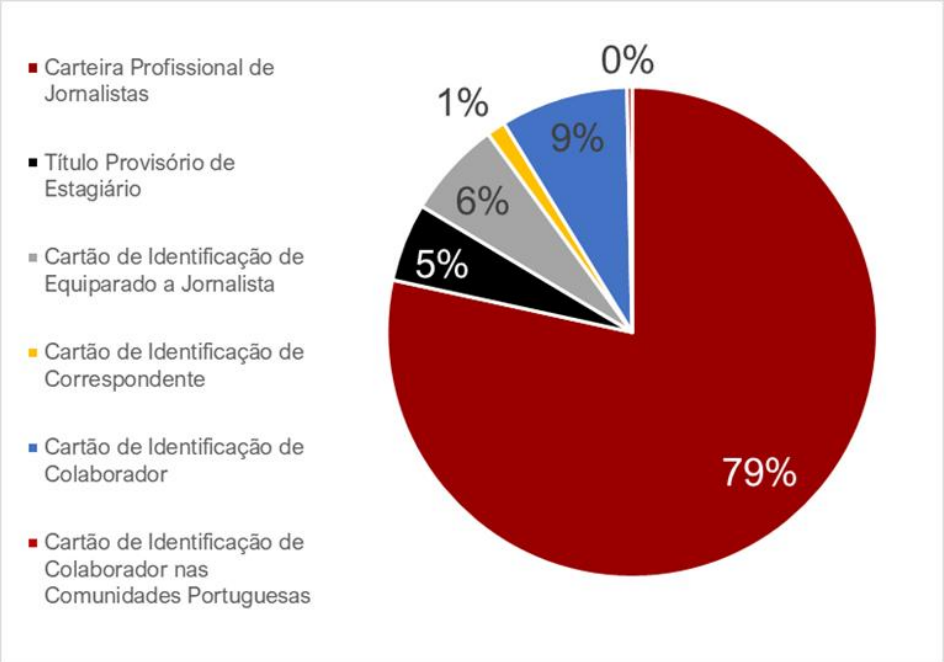


Gráfico 2: Distribuição dos respondentes por título profissional (n=890, total de respondentes ao inquérito)

Dos 890 respondentes, 91 profissionais não exerciam a atividade: 28 estavam desempregados; 35 estavam reformados e 28 tinham outra atividade profissional. Eram, portanto, 799 (89,8%) os que declaravam ter atividade de jornalista (principal ou secundária) no momento da Declaração do Estado de Emergência (DEE). Quase metade dos jornalistas que responderam ao inquérito (48% do total de 799 jornalistas respondentes que exercem a atividade) trabalhava no setor da Imprensa (Gráfico 3). Se se atender às habilitações académicas, deve assinalar-se que 67% dos respondentes tem pelo menos licenciatura ou grau equivalente e que apenas 31,3% não frequentou nem concluiu o ensino superior (Gráfico 4).

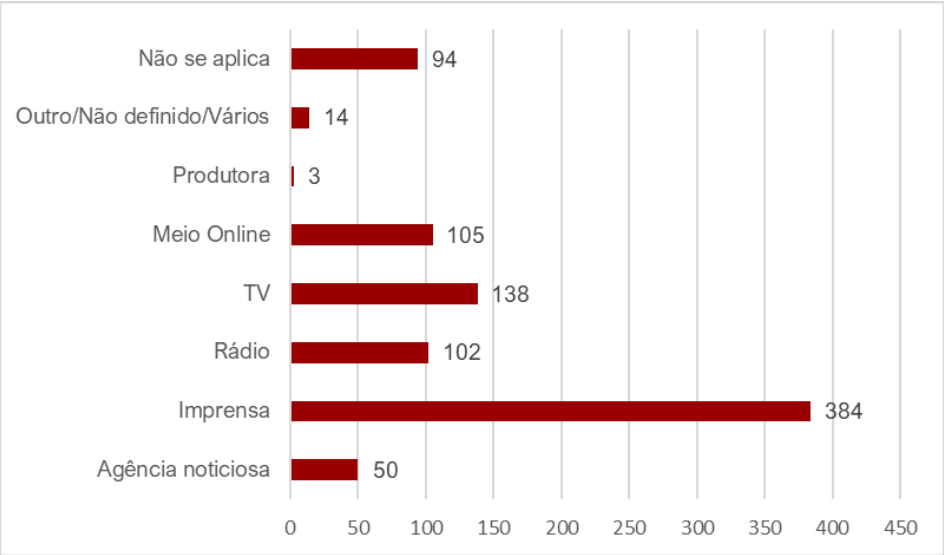


Gráfico 3: Distribuição dos respondentes por tipo de órgão (n=890, total de respondentes ao inquérito)

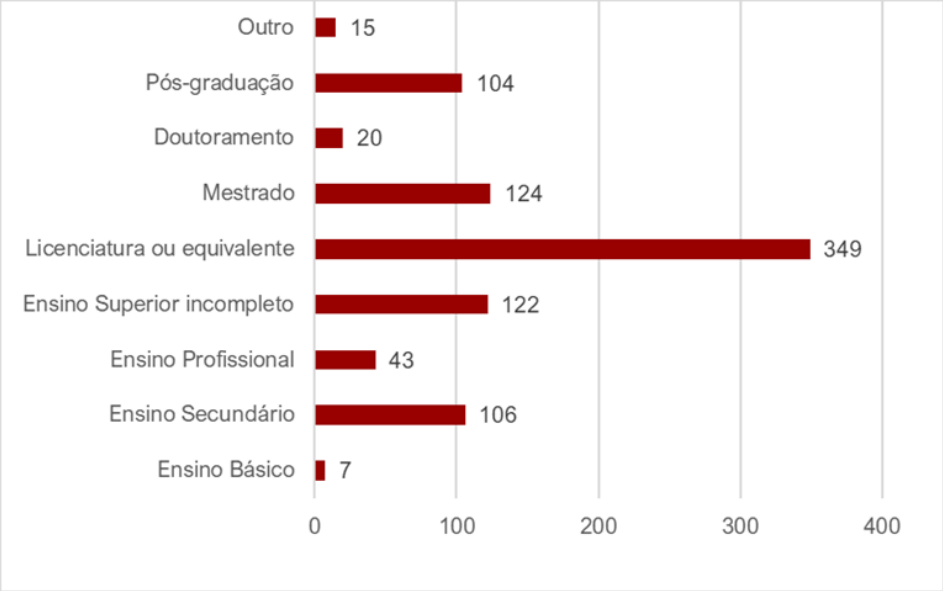


Gráfico 4: Distribuição dos respondentes por habilitação académica (n=890, total de respondentes ao inquérito)

2.

Situação laboral

Relação laboral

Remunerações

Covid-19 aumenta precariedade no jornalismo

A Covid-19 aumentou as tendências de precarização do trabalho dos jornalistas num regime contratual onde imperam os salários baixos. O inquérito do *Estudo sobre os Efeitos da Declaração do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19* revelou que 47% dos 799 inquiridos que tinham o jornalismo como atividade profissional (principal ou secundária) tinham um rendimento bruto inferior a 900 euros brutos e apenas cerca de metade estava em regimes de contrato de trabalho sem termo.

A DEE afetou diretamente 11,8% dos 890 jornalistas inquiridos, a maior parte dos quais em resultado da aplicação do regime de *lay-off* e da cessação de contratos de trabalhadores em regime de prestação de serviços. Cerca de 23% dos inquiridos encontravam-se filiados no Sindicato dos Jornalistas (SJ) no momento da DEE. Dos restantes, 40% afirmaram não ser nem pensar vir a ser sindicalizados. É entre os sindicalizados que se verifica a maior taxa de trabalhadores com contratos sem termo.

Situação antes da Declaração do Estado de Emergência

Como é possível constatar na Tabela 1, grande parte da população inquirida desenvolvia o jornalismo como atividade principal antes da DEE. É importante salientar a existência de 12,4% de respondentes que acumulavam a profissão com outro tipo de atividade remunerada. À altura da DEE, a percentagem de desempregados (3%) era inferior à taxa de desemprego nacional em março deste ano, a qual se situava em 6,2%[6].

	n	%
Exercia jornalismo como atividade profissional principal	**689**	77,4
Exercia jornalismo como atividade profissional secundária	**110**	12,4
Não exercia jornalismo; estava desempregado/a	**28**	3,1
Não exercia jornalismo; estava reformado/a	**35**	3,9
Não exercia jornalismo; tinha outra atividade profissional	**28**	3,1
Total	**890**	100%

Tabela 1: Desenvolvimento de atividade como jornalista (n= 890, total de respondentes ao inquérito)

Cerca de metade dos respondentes que declararam ter atividade profissional (principal ou secundária) como jornalista possuía um vínculo de trabalho permanente, facto que, por sua vez, demonstra o número significativo de jornalistas a exercer a atividade sob contratos temporários e confirma uma tendência previamente identificada em estudos anteriores. Entre estes, é de destacar os 10,5% que se encontravam sob contrato a termo certo e os 24% em regime de prestação de serviços (com e sem avença).

[6] Ver INE (2020). Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego: em março, a taxa de desemprego situou-se em 6,2% e a taxa de subutilização do trabalho em 12,4% - abril de 2020. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415271422&DESTAQUESmodo=2 (consultado a 07/07/20).

	n	%
Contrato a termo certo em período de estágio	**15**	1,9
Contrato a termo certo	**84**	10,5
Contrato a termo incerto	**43**	5,4
Contrato sem termo	**398**	49,8
Prestação de serviços com avença	**66**	8,3
Prestação de serviços por recibo verde sem avença	**126**	15,8
Trabalho subcontratado	**9**	1,1
Outra	**58**	7,3
Total	**799**	100%

Tabela 2: Relação de trabalho no momento da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

A avaliar pelos dados contidos na Tabela 3, esta relação de trabalho encontrava-se, na maioria dos casos, longe de corresponder ao estatuto de *freelancer*. Apesar de 43% dos jornalistas inquiridos com relação de trabalho de prestação de serviços (192) assumirem esta condição por vontade própria, grande parte da amostra parecia encará-la como um mal menor, em alternativa ao desemprego. Se nuns casos resultava da dificuldade em obter um contrato de trabalho, noutros traduzia uma relação de trabalho material sem que, contudo, os direitos associados sejam garantidos.

	n	%
Freelancer por opção própria	**83**	43,2
Freelancer por dificuldade em obter um contrato de trabalho	**68**	35,4
Freelancer em termos formais, mas com condições típicas de trabalhador por conta de outrem	**40**	20,8
Não sabe / Não responde	**1**	0,5
Total	**192**	100%

Tabela 3: Situação laboral em regime de prestação de serviços no momento da DEE (n=192, correspondente aos respondentes em situação de prestação de serviços)

O aumento do número de jornalistas sob contratos temporários veio eliminar uma linha de demarcação baseada na idade e na qualificação. Se, por um lado, a percentagem de jornalistas com menos de 30 anos e contrato sem termo era diminuta (13%) quando comparada com outro tipo de vínculos, por outro lado, verifica-se uma cada vez maior incidência destas modalidades contratuais entre jornalistas mais velhos. Entre os profissionais com contrato a termo certo, 60,7% tinham mais de 41 anos. Tinham igualmente mais de 41 anos 69,7% dos jornalistas sob o regime de prestação de serviços com avença e 69,1% dos de regime de prestação de serviços sem avença. A precariedade deixou de ser um fenómeno exclusivo das novas gerações de jornalistas em Portugal.

A sua generalização é igualmente visível nos dados relativos à qualificação escolar. Embora a percentagem de jornalistas sob contrato sem termo com formação ao nível do ensino superior completo (licenciatura, mestrado ou doutoramento) fosse superior à de outros profissionais sob contratos a termo ou regimes de prestação de serviços com níveis de formação semelhantes – cerca de 63% –, os valores destes últimos não são substancialmente inferiores, ultrapassando os 50%.

Esta tendência é confirmada pela relação entre contratos temporários e condição profissional. Os dados que constam na Tabela 5 (página 18) indicam a existência de jornalistas sob este tipo de vínculo que são responsáveis por funções elementares da produção noticiosa. Inclusive, é possível identificar a ocupação de cargos de direção e chefia por parte de profissionais a contrato a termo certo – os quais chegam a constituir 20% desta força de trabalho –, incerto e sob regime de prestação de serviços.

A heterogeneidade entre jornalistas não se limitava às condições contratuais, conforme é possível constatar na Tabela 4. Antes da DEE, cerca de metade dos inquiridos recebia menos de 1.000 euros por mês, situação contrastante com os 29,6% que auferiam uma remuneração superior a 1.500 euros. O cruzamento destes dados com informação relativa ao vínculo contratual permitiu verificar que a percentagem de jornalistas a contrato sem termo aumenta à medida que o valor da remuneração cresce. Por sua vez, o montante salarial auferido pelos jornalistas sob contratos temporários tende a ser mais reduzido: mais de 50% destes profissionais recebiam um salário inferior a 1.000 euros.

	n	%
Não auferia vencimento	**58**	7,3
Até 634 €	**75**	9,4
Entre 635 € e 900 €	**201**	25,2
Entre 901 € e 1.000 €	**57**	7,1
Entre 1001€ e 1500€	**169**	21,2
Entre 1501€ e 2000€	**92**	11,5
Entre 2001 e 2500€	**73**	9,1
Mais de 2500€	**72**	9,0
Não sabe / Não responde	**2**	0,3
Total	**799**	100%

Tabela 4: Valor bruto da remuneração mensal no momento da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

		Contrato a termo certo em período de estágio		Contrato a termo certo		Contrato a termo incerto		Contrato sem termo		Prestação de serviços com avença		Prestação de serviços por recibo verde sem avença		Trabalho subcontratado		Outra	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Idade	Até 30	15	100,0	18	21,4	14	32,6	52	13,1	10	15,2	13	10,3	3	33,3	3	5,2
	31-40	0	0	15	17,9	12	27,9	81	20,4	10	15,2	26	20,6	2	22,2	3	5,2
	41-50	0	0	21	25,0	8	18,6	149	37,4	20	30,3	51	40,5	0	0	11	19,0
	51-70	0	0	28	33,3	9	20,9	112	28,1	25	37,9	32	25,4	3	33,3	34	58,6
	+71	0	0	2	2,4	0	0	4	1,0	1	1,5	4	3,2	1	11,1	7	12,1
	Total	15	100,0	84	100,0	43	100,0	398	100,0	66	100,0	126	100,0	9	100,0	58	100,0
Formação escolar mais elevada	Ensino básico, prof. e ensino secundário	1	6,7	18	21,4	5	11,6	48	12,1	17	25,8	23	18,3	2	22,2	20	34,5
	Ensino superior incompleto	0	0	9	10,7	5	11,6	49	12,3	12	18,2	25	19,8	1	11,1	5	8,6
	Licenciatura ou equivalente	10	66,7	31	36,9	14	32,6	187	47,0	24	36,4	44	34,9	3	33,3	18	31,0
	Mestrado e doutoramento	4	26,7	15	17,9	10	23,3	62	15,6	10	15,2	18	14,3	2	22,2	10	17,2
	Pós-graduação	0	0	11	13,1	7	16,3	52	13,1	3	4,5	16	12,7	1	11,1	5	8,6
	Outro	0	0	0	0	2	4,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	15	100,0	84	100,0	43	100,0	398	100,0	66	100,0	126	100,0	9	100,0	58	100,0
Condição profissional no momento da DEE	Colaborador permanente	1	6,7	9	10,7	8	18,6	32	8,0	25	37,9	37	29,4	2	22,2	10	17,2
	Estagiário prof./ Extracurricular	12	80,0	0	0	2	4,7	2	0,5	0	0	0	0	0	0	1	1,7
	Redator/Repórter	0	0	38	45,2	20	46,5	174	43,7	18	27,3	25	19,8	2	22,2	4	6,9
	Fotojornalista/ repórter de imagem	1	6,7	9	10,7	3	7,0	35	8,8	15	22,7	37	29,4	2	22,2	7	12,1
	Editor/Coord.da secção (ou equiv.)	0	0	12	14,3	5	11,6	76	19,1	6	9,1	7	5,6	1	11,1	2	3,4
	Chefe/Subchefe de redação (ou equiv.)	0	0	6	7,1	1	2,3	30	7,5	1	1,5	3	2,4	1	11,1	1	1,7
	Membro da direção	0	0	8	9,5	3	7,0	39	9,8	1	1,5	6	4,8	0	0	17	29,3
	Outra	0	0	2	2,4	1	2,3	9	2,3	0	0	10	7,9	1	11,1	16	27,6
	NS/NR	1	6,7	0	0	0	0	1	0,3	0	0	1	0,8	0	0	0	0
	Total	15	100,0	84	100,0	43	100,0	398	100,0	66	100,0	126	100,0	9	100,0	58	100,0

Tabela 5: Relação de trabalho e idade, formação escolar e condição profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Situação após a Declaração do Estado de Emergência

A DEE foi responsável por alterações na condição laboral de 15,5% dos 799 profissionais inquiridos com atividade profissional (principal ou secundária) de jornalista, sendo uma grande parte dos resultados apresentados referentes a este segmento. Uma análise da Tabela 6 permite verificar que, entre estes, a maior parte das novas situações resultava da aplicação do regime de *lay-off* por parte das entidades empregadoras, em primeiro lugar, e do fim de colaboração com jornalistas sob o regime *freelancer*, em segundo.

	n	%
Despedimento individual	**3**	0,4
Despedimento coletivo	**5**	0,6
Dispensa por não renovação de contrato	**3**	0,4
Fim de colaboração	**24**	3,0
Dispensa em regime de *lay-off*	**89**	11,1
Nenhuma situação anterior	**668**	83,6
Não sabe / Não responde	**7**	0,9
Total	**799**	100%

Tabela 6: Situações decorrentes da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Ao mesmo tempo, estas novas situações (Tabela 7) revelaram o recurso à contratação temporária, em particular por via do regime de prestação de serviços. Poder-se-á assim concluir que estamos perante um dispositivo que, por assegurar a dispensa do trabalhador sem custos, constitui uma opção que não comporta riscos elevados.

	n	%
Estágio profissional	**1**	1,1
Prestação de serviços (recibo verde sem contrato de avença)	**18**	19,1
Prestação de serviços por avença	**6**	6,4
Contrato a termo incerto	**6**	6,4
Contrato a termo certo	**7**	7,4
Contrato sem termo	**11**	11,7
Trabalho subcontratado	**2**	2,1
Desemprego	**16**	17,0
Mudança de atividade profissional	**1**	1,0
Outra	**26**	27,7
Total	**94**	100%

Tabela 7: Novas situações no jornalismo (relação de trabalho) após a DEE (n=94, total de respondentes que viram a sua situação laboral alterada após a DEE)

É possível igualmente constatar um aumento do desemprego, correspondente a 17% das novas situações. No cômputo geral, a composição da população logo após a DEE, em termos de condições de trabalho, é visível na Tabela 8.

	n	%
Contrato a termo certo em período de estágio	**10**	1,3
Contrato a termo certo	**80**	10,0
Contrato a termo incerto	**43**	5,4
Contrato sem termo	**392**	49,1
Prestação de serviços com avença	**58**	7,3
Prestação de serviços por recibo verde sem avença	**117**	14,6
Trabalho subcontratado	**9**	1,1
Outra	**73**	9,1
Desemprego	**16**	2,0
Mudança de atividade	**1**	0,1
Total	**799**	100%

Tabela 8: Relação de trabalho após a DEE (n=799 , total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Em termos salariais, foram 205 os jornalistas que mencionaram alterações nos seus vencimentos. Mais de metade destes casos ocorreu nos escalões mais baixos de rendimento (inferior a 900 euros), diminuindo à medida que aumenta o valor do salário (Tabela 9).

	n	%
Não auferia vencimento	**23**	11,2
Até 634 €	**58**	28,3
Entre 635 € e 900 €	**47**	22,9
Entre 901 € e 1.000 €	**24**	11,7
Entre 1001€ e 1500€	**28**	13,7
Entre 1501€ e 2000€	**13**	6,3
Entre 2001 e 2500€	**6**	2,9
Mais de 2500€	**5**	2,4
Não sabe / Não responde	**1**	0,5
Total	**205**	100%

Tabela 9: Novas situações no jornalismo (Valor bruto da remuneração mensal) (n=205, correspondentes às situações de remuneração em que se registaram alterações)

O cenário geral após a DEE no que respeita aos níveis remuneratórios é visível na Tabela 10. Através da sua análise, é possível comprovar que 47% dos jornalistas tinham um rendimento bruto mensal igual ou inferior a 900 euros, quando essa percentagem era de 41,9% antes da DEE (ver Tabela 4).

	n	%
Não auferia vencimento	**73**	9,1
Até 634 €	**111**	13,9
Entre 635 € e 900 €	**192**	24,0
Entre 901 € e 1.000 €	**68**	8,5
Entre 1001€ e 1500€	**142**	17,8
Entre 1501€ e 2000€	**79**	9,9
Entre 2001 e 2500€	**65**	8,1
Mais de 2500€	**67**	8,4
Não sabe / Não responde	**2**	0,3
Total	**799**	100%

Tabela 10: Valor bruto da remuneração mensal após a DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

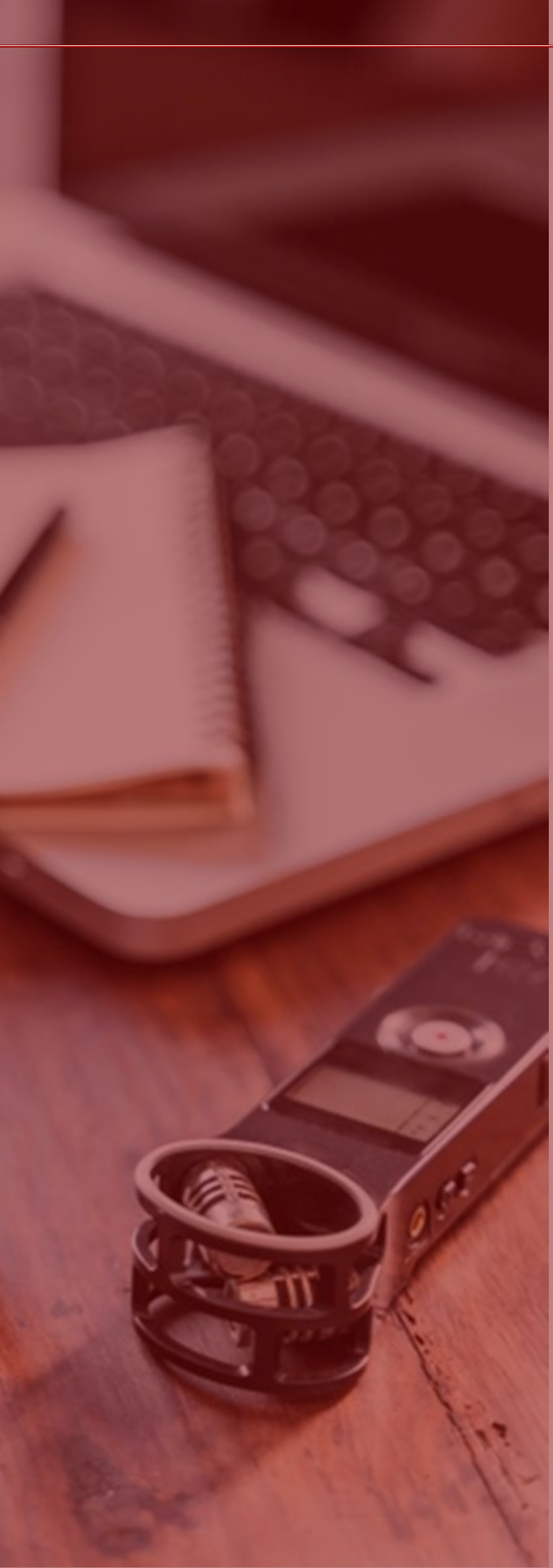
No decurso da DEE, apenas 29 dos jornalistas inquiridos (3,8%) tiveram acesso a algum tipo de subsídio ou apoio específico, grande parte dos quais com contrato sem termo (24,1%) ou prestadores de serviços sem avença (65%). A maioria dos jornalistas sob este regime não requisitou o acesso a apoio extraordinário a trabalhadores independentes, tendo apenas 22% solicitado este instrumento.

Filiação sindical

Importa referir alguns dados relativos à filiação dos respondentes no Sindicato dos Jornalistas (Tabela 11). Apenas 22,8% dos jornalistas inquiridos referiram ser sócios do SJ, sendo que 40% afirmaram não pertencer e não pretender vir a fazê-lo, um valor superior aos que, pelo contrário, pensam vir a sindicalizar-se. Cerca de 60% dos sindicalizados apresentavam um vínculo permanente e 34,3% contratos temporários. Entre os que não pertenciam à organização, nem pretendiam vir a aderir a ela no futuro, o cenário é um pouco distinto: 46% tinham contrato sem termo e 43,3% encontravam-se sob contratos a termo e regime de prestação de serviços.

	n	%
Sim, filiado/a	**203**	22,8
Não, nem pondera sindicalizar-se	**356**	40,0
Não, mas já foi sindicalizado	**164**	18,4
Não, mas pensa sindicalizar-se	**162**	18,2
Não sabe / Não responde	**2**	0,2
Total	**890**	100%

Tabela 11: Filiação no Sindicato dos Jornalistas no momento da DEE (n=890, total de respondentes ao inquérito)



3.

Rotinas e atitudes

Trabalho em casa

Recursos e tecnologias

Jornalismo à distância

A Declaração do Estado de Emergência (DEE) teve por consequência duas tendências aparentemente contraditórias nas rotinas do jornalismo: por um lado, consagrou a Covid-19 como o tema quase absoluto da agenda mediática; por outro, confinou os jornalistas num cenário em que o domicílio praticamente se substituiu às redações. O teletrabalho dominou e teve implicações nas rotinas jornalísticas: os jornalistas saíram menos em reportagem e tiveram de adotar meios tecnológicos complementares para o exercício da profissão e para o contacto com as fontes de informação. Os jornalistas inquiridos não sentiram como problemática a adoção destes meios tecnológicos. Maioritariamente, consideraram que estes meios trarão contributos benéficos para o jornalismo, mas exprimiram uma apreciação algo indefinida acerca dos efeitos que estas tecnologias poderão ter nas questões éticas e deontológicas do jornalismo.

Jornalismo no domicílio

A situação de exceção decorrente da Covid-19 e da DEE, em Portugal, resultou numa agenda mediática marcada pelo tema da pandemia. O inquérito realizado aos jornalistas reflete essa situação e mostra que a Covid-19 dominou de forma esmagadora o trabalho de 68,3% dos inquiridos que desenvolviam atividade no momento da DEE (Tabela 12). Com efeito, destes jornalistas, 39,3% estimaram que as questões relacionadas com a Covid-19 tiveram um peso de 75% no conjunto de matérias que desenvolveram, durante a DEE, e 29% referiram mesmo que a totalidade dos conteúdos que trabalharam foram subordinados ao tema. Apenas 4,4% dos jornalistas inquiridos referiram não ter tratado a Covid-19 durante o período da DEE.

	n	%
0%	**35**	4,4
25%	**65**	8,1
50%	**95**	11,9
75%	**314**	39,3
100%	**232**	29,0
Não se aplica	**51**	6,4
Não sabe / Não responde	**7**	0,9
Total	**799**	100%

Tabela 12: Percentagem de temas relacionadas com a COVID-19 no conjunto de matérias desenvolvidas pelos jornalistas após a DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

No entanto, pelos resultados obtidos, pode-se concluir que estes trabalhos foram produzidos em condições de confinamento e de teletrabalho, na medida em que a maioria dos jornalistas inquiridos referiu o domicílio como local de referência do seu trabalho.

Com efeito, se compararmos os dados antes e depois da DEE, verifica-se que 65,5% dos jornalistas inquiridos que desenvolviam atividade no momento da DEE tinham como principal local de trabalho as redações. De resto, é possível identificar, mesmo entre os inquiridos que antes da DEE trabalhavam em regimes de prestação de serviços (28,8% entre os avençados e 20,6% dos jornalistas a recibo verde), casos de respondentes que realizavam o seu trabalho em contexto de redação. Depois da DEE, o domicílio passou a ser o principal local do trabalho deste grupo de

inquiridos (66,7%), enquanto apenas 17,6% tiveram como local de trabalho principal a redação (Tabela 13).

	Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%
Redação	**523**	65,5	**141**	17,6
Casa	**159**	19,9	**533**	66,7
Escritório pessoal	**32**	4,0	**21**	2,6
Espaço de *coworking* (com outros jornalistas)	**12**	1,5	**8**	1,0
Espaço de *coworking* (com profissionais de outras áreas)	**19**	2,4	**4**	0,5
Outro	**52**	6,5	**47**	5,9
Não se aplica	**–**	–	**42**	4,7
Não sabe / Não responde	**2**	0,3	**3**	0,4
Total	**799**	100%	**799**	100%

Tabela 13: Principal local de trabalho (antes e depois da DEE) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

O cruzamento entre as variáveis referentes ao principal local de trabalho, antes e depois da DEE, e a relação de trabalho assumida pelos inquiridos indicia que o desenvolvimento da atividade a partir do domicílio é um fenómeno transversal, que afetou todos os jornalistas e regimes de trabalho. No entanto, verificou-se que a Rádio e a Televisão foram os média onde os jornalistas mais foram solicitados a trabalhar em redação. Antes da DEE, isso acontecia com 81,9% dos inquiridos que desenvolviam a sua atividade principal na Televisão e com 77,5% dos que o faziam na Rádio. Esta situação é relativamente diferente daquela que encontramos entre os respondentes dos meios exclusivamente online (50,5%) e das agências noticiosas (50%). A tendência não se alterou com a DEE. Com efeito, são novamente os inquiridos que trabalhavam predominantemente na Televisão e na Rádio os que mais referiram a redação como principal local de trabalho, nessa fase (respetivamente, 47,8% e 36,3%).

Jornalismo mais concentrado e hierarquizado

A mudança do local principal de trabalho poderá contribuir para justificar a redução das interações entre profissionais revelada pelos inquéritos, se compararmos os períodos antes e depois da DEE. Do total dos jornalistas que desenvolviam atividade, 66,3% referiram que, antes da DEE, contactavam *todos os dias* ou *quase todos os dias* com outros jornalistas do seu meio de comunicação, um valor que desceu significativamente durante a DEE para 24,6%.

Num contexto em que o local de trabalho passou a ser, de forma preponderante, o domicílio, 30,7% dos inquiridos que desenvolviam atividade admitiram que, durante a DEE, as responsabilidades domésticas prejudicaram o normal exercício da profissão. Esta perceção era mais elevada entre as respondentes do sexo feminino (34,4%), mais baixa para 28,6% os jornalistas do sexo masculino e preponderava entre os inquiridos que mencionaram ter dependentes ao seu cuidado.

De uma forma geral, poderá dizer-se que o período de confinamento teve como implicação uma redução, ainda que pouco expressiva, do número geral de conteúdos habitualmente produzidos

pelos jornalistas desta amostra (Tabela 14), bem como do número de horas semanais despendidas para o exercício da profissão (Tabela 15).

	Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%
0	**14**	1,8	**72**	9,0
1-3	**93**	11,6	**103**	12,9
4-6	**124**	15,5	**104**	13,0
7-9	**51**	6,4	**56**	7,0
10	**96**	12,0	**65**	8,1
11-15	**79**	9,9	**63**	7,9
16-20	**82**	10,3	**57**	7,1
21-30	**79**	9,9	**78**	9,8
+31	**79**	9,9	**106**	13,3
Não sabe / Não responde	**79**	9,9	**106**	13,3
Total	**799**	100%	**799**	100%

Tabela 14: Número de conteúdos produzidos por semana (antes e durante a DEE) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

No entanto, quer os indicadores sobre o número de trabalhos realizados, quer os do número de horas despendidas, antes e durante a DEE, tendem a refletir uma relativa polarização na distribuição dos dados. Com efeito, há um aumento registado entre os dois períodos das percentagens dos que ou faziam mais horas ou produziam mais peças por semana (Tabela 15).

	Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%
0	**0**	0	**48**	6,0
1-10	**109**	13,6	**124**	15,5
11-20	**56**	7,0	**54**	6,8
21-30	**50**	6,3	**67**	8,4
31-35	**112**	14,0	**63**	7,9
36-40	**230**	28,8	**172**	21,5
41-50	**164**	20,5	**144**	18,0
51-60	**35**	4,4	**66**	8,3
+61	**16**	2,0	**29**	3,6
Não sabe / Não responde	**27**	3,4	**32**	4,0
Total	**799**	100%	**799**	100%

Tabela 15: Número de horas dedicadas, por semana, à atividade profissional como jornalista (antes e durante a DEE) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Menos reportagem, mais tecnologia, mais meios pessoais

No inquérito, foi pedido aos jornalistas que hierarquizassem, num conjunto de cinco possibilidades, os métodos mais frequentemente utilizados no contacto com as suas fontes. Já sobre o período antes da DEE, o contacto telefónico e o contacto via correio eletrónico são, de forma geral, referidos como os meios privilegiados de contacto com as fontes de informação (Tabela 16).

	Hierarquia dos métodos de contactos						
	1º	**2º**	**3º**	**4º**	**5º**	**Não utilizo**	**NS / NR**
Contacto presencial	28,7	15,5	20,4	11,8	11,6	8,9	3,1
Contacto telefónico	39,2	24,5	12,4	7,6	6,0	6,0	4,3
Contacto via e-mail	29,7	21,8	19,5	10,0	6,4	7,5	5,1
Contacto via plataformas de videoconferência	2,3	3,9	5,8	9,1	32,9	37,5	8,5
Redes sociais	10,6	13,3	17,5	19,9	15,0	16,6	7,0

Tabela 16: Hierarquia dos métodos de contacto com as fontes de informação, antes da DEE (valores em %; n=799, , total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

No entanto, 34,3% (n=274) dos inquiridos que desenvolviam atividade jornalística no momento da DEE admitem que, durante o período de confinamento, tiveram que adotar novos recursos tecnológicos para o desenvolvimento do seu trabalho. As novas soluções indicadas pelos respondentes correspondem a um conjunto heterogéneo de ferramentas, onde predominaram as plataformas de videoconferência e de reunião online, a aquisição de material informático e equipamentos de ligação à Internet, novas fórmulas de acesso remoto ao trabalho da redação, *software* de gravação e edição de conteúdos ou, ainda que numa menor expressão, meios de proteção e segurança, como *perches* ou outras formas de proteger os equipamentos.

	Hierarquia de métodos de contactos						
	1º	**2º**	**3º**	**4º**	**5º**	**Não utilizo**	**Ns/Nr**
Contacto presencial	4,0	1,9	3,8	8,1	34,8	26,3	14,3
Contacto telefónico	50,2	16,0	8,6	4,0	5,9	2,9	8,3
Contacto via e-mail	40,2	21,3	10,6	4,3	6,0	4,8	8,3
Contacto via plataformas de videoconferência	21,8	16,5	13,5	8,5	8,0	12,3	12,3
Redes sociais	20,5	18,1	15,3	10,8	9,8	9,1	10,9

Tabela 17: Hierarquia dos métodos de contacto com as fontes de informação, depois da DEE (valores em %; n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Quando questionados a respeito da sua perceção sobre o impacte deste tipo de recursos tecnológicos no futuro do jornalismo, a maioria dos inquiridos que tiveram de adotar novas soluções considera que elas produzirão efeitos *benéficos* ou *muito benéficos* na atividade informativa (Tabela 18).

	… no futuro do jornalismo		… nos valores deontológicos do jornalismo	
	n	%	n	%
Muito benéfico	**71**	25,9	**22**	8,0
Benéfico	**113**	41,2	**50**	18,2
Nem benéfico nem prejudicial	**62**	22,6	**148**	54,0
Prejudicial	**22**	8,0	**41**	15,0
Muito prejudicial	**4**	1,5	**6**	2,2
Não sabe / Não responde	**2**	0,7	**7**	2,6
Total	**799**	**100%**	**799**	**100%**

Tabela 18: Impacto dos recursos tecnológicos no futuro do jornalismo e nos valores deontológicos do jornalismo (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Já quando confrontados com o impacte desses recursos nos atuais valores deontológicos do jornalismo, os inquiridos revelaram-se menos otimistas, saldando-se a sua posição mais por uma indefinição relativamente ao que poderão ser os efeitos destas novas soluções tecnológicas na dimensão ético-profissional da atividade informativa.

Finalmente, um outro indicador significativo da alteração do quadro das rotinas profissionais dos inquiridos, introduzido pela pandemia, manifesta-se no aumento expressivo da percentagem de respondentes que referiram não ter saído em reportagem: antes da DEE eram 11,5% os jornalistas inquiridos que afirmavam não sair habitualmente em reportagem, uma percentagem que subiu para 33,5% (Tabela 19), exprimindo uma tendência de maior burocratização do trabalho jornalístico.

	Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%
A pé	**15**	1,9	**18**	2,3
Em viatura própria	**296**	37,0	**222**	27,8
Em viatura do meio de comunicação social	**248**	31,0	**114**	14,3
Em transportes públicos	**56**	7,0	**5**	0,6
Táxi / Carro de aluguer / TVDE	**71**	8,9	**10**	1,3
Não saía/saí em reportagem	**92**	11,5	**268**	33,5
Não se aplica	**–**	–	**142**	17,8
Outro	**10**	1,3	**8**	1,0
Não sabe / Não responde	**11**	1,4	**12**	1,5
Total	**799**	**100%**	**799**	**100%**

Tabela 19: Modo de deslocação predominante quando saía em reportagem (antes e durante a DEE) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Se, antes da DEE, a viatura pessoal dos inquiridos já era identificada como o meio de transporte mais frequentemente utilizado em reportagem, durante a DEE esse peso relativo aumentou. Com efeito, é sobretudo nos outros meios de transporte que se verifica uma redução generalizada. O cruzamento entre o principal local de trabalho assumido pelos inquiridos, após a DEE, e o modo de deslocação em reportagem, também durante este período, poderá contribuir para explicar este fenómeno: é principalmente entre os que assumiram a casa como o seu local de atividade no

período de pandemia que se encontra uma proporção mais expressiva de inquiridos que disseram recorrer à sua viatura pessoal.

4.

Expectativas

Emprego

Mercado de trabalho

Progressão na carreira

Abandono da profissão

Mais instabilidade, menos expectativa

Se compararmos os dados referentes ao período antes e depois da Declaração do Estado de Emergência (DEE), verifica-se que as expectativas dos jornalistas se reduziram substancialmente em quase todos os parâmetros inquiridos. Com efeito, das questões formuladas para os períodos antes e depois da DEE pode concluir-se que, entre os 799 respondentes, aumentou a perceção acerca da probabilidade de perder o emprego a curto prazo; diminuiu a esperança de encontrar um novo emprego no jornalismo, em caso de cessação do contrato; baixaram as expectativas de progredir na carreira de jornalista; e os profissionais passaram a considerar mais provável deixarem de exercer a profissão.

Perder e encontrar novo emprego

Na perceção dos profissionais, a DEE tornou mais provável perder o trabalho de jornalista a curto prazo. Antes da DEE, esta hipótese seria *muito alta* ou *alta* apenas para 43 jornalistas (5,4% dos 799). Para o cenário pós-DEE, eram já 216 (27%) os jornalistas que assinalavam estas opções, o que representa um aumento de 21,7 pontos percentuais. Quintuplicou, portanto, o número de profissionais para quem seria, depois da DEE, *muito provável* ou *provável* perder o trabalho de jornalista a curto prazo, tendo caído significativamente as respostas *baixa* e *muito baixa* probabilidade (Tabela 20).

	Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	N	%
Muito alta	**7**	0,9	**93**	11,6
Alta	**36**	4,5	**123**	15,4
Média	**148**	27,4	**208**	18,4
Baixa	**219**	35,7	**147**	14,4
Muito baixa	**285**	18,5	**115**	26,0
Não sabe / Não responde	**13**	1,6	**37**	4,6
Não se aplica	**91**	11,4	**76**	9,5
Total	**799**	100%	**799**	100%

Tabela 20: Comparação das perceções sobre a probabilidade de perder o trabalho de jornalista a curto prazo antes e depois da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

É também bastante expressiva a mudança de opinião relativamente à possibilidade de encontrar novo emprego em caso de perda do atual posto de trabalho. Para 472 respondentes (59%), a probabilidade de encontrar novo emprego era *baixa* ou *muito baixa* antes da DEE. No cenário depois da DEE estas opções reuniram no conjunto 667 respostas (83,5%), sendo que 505 profissionais (63,2%) consideraram mesmo *muito baixa* a probabilidade de encontrar emprego no jornalismo (Tabela 21).

	Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%
Muito alta	**13**	1,6	**9**	1,1
Alta	**59**	7,4	**15**	1,9
Média	**232**	29	**69**	8,6
Baixa	**291**	36,4	**162**	20,3
Muito baixa	**181**	22,7	**505**	63,2
Não sabe / Não responde	**23**	2,9	**39**	4,9
Total	**799**	**100%**	**799**	**100%**

Tabela 21: Comparação das perceções sobre a probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Não existem variações significativamente distintas em função do sexo quando comparamos a probabilidade de perder o trabalho como jornalista entre homens e mulheres (Tabela 22). Esta hipótese só muito ligeiramente se tornou mais provável para as mulheres do que para os homens. A probabilidade seria *muito alta* ou *alta* antes da DEE para 27 homens (5,4% do total de 492 dos respondentes do sexo masculino a esta questão) e para 16 mulheres (5,2% de 307 das respondentes do sexo feminino esta questão). Depois da DEE esta probabilidade passou a ser *muito alta* ou *alta* para 135 homens (27,4%) e para 81 mulheres (26,8%), havendo entre os dois cenários uma variação de pouco mais de 21 pontos percentuais.

É, no entanto, para as mulheres que mais diminui a perceção de probabilidade de encontrar novo emprego, em caso de cessação da sua relação de trabalho (Tabela 22). Antes da DEE, eram 177 as mulheres que selecionavam as opções *baixa* e *muito baixa* (representando 57,7% de 307 das respondentes do sexo feminino a esta questão); depois da DEE, eram já 269 (ou seja, 87,6%) as mulheres que selecionavam esta opção, uma diferença de 30 pontos percentuais. Para os homens, este aumento foi de 35% (de 295 para 398 homens).

	Alta ou muito alta a probabilidade de perder o trabalho de jornalista				Baixa ou muito baixa a probabilidade de encontrar novo emprego se estivesse desempregado			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	N	%	n	%	n	%
Feminino (n=307)	**16**	5,2	**81**	26,4	**177**	57,7	**269**	87,6
Masculino (n=492)	**27**	5,5	**135**	27,4	**295**	60,0	**398**	80,9
Total (n=799)	**43**	5,4	**216**	27,0	**472**	59,1	**667**	83,5

Tabela 22: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, entre *homens e mulheres (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)*

As variações por grupo etário evidenciam que foi nos mais jovens (até aos 30 anos de idade) que se verificou o maior aumento percentual nas opções *muito alta* e *alta* probabilidade de perder o trabalho de jornalista (Tabela 23). Neste grupo, havia apenas 4 jornalistas (ou seja, 3,1% dos 128 com até 30 anos de idade que responderam a esta questão) que consideravam *muito alta* ou *alta* a

possibilidade de perder o trabalho antes da DEE; passaram a ser 42, representando 32,8%, uma variação de 29,7 pontos percentuais. É, por outro lado, no grupo etário dos 41 aos 50 anos que se concentra o maior número (mais de um terço) de respostas nas opções *muito alta* e *alta*, assim como a maior percentagem de respostas nas opções *baixa* e *muito baixa* para a probabilidade de encontrar novo emprego se estivesse desempregado, tanto para o cenário antes como depois da DEE. No entanto, é de novo no grupo dos mais jovens (até 30 anos) que se situa o maior aumento entre o primeiro e o segundo cenários. Para 59 jornalistas deste grupo (46,1% dos 128 que responderam a esta questão), a probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo era *baixa* ou *muito baixa* antes da DEE; depois da DEE, são 113 (88,3%), ou seja, o número quase dobra. O segundo grupo com maior variação é o dos 31 a 40 anos de idade.

	Alta ou muito alta a probabilidade de perder o trabalho de jornalista				Baixa ou muito baixa a probabilidade de encontrar novo emprego se estivesse desempregado			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	N	%	n	%	n	%
-30 (n=128)	**4**	3,1	**42**	32,8	**59**	46,1	**113**	88,2
31-40 (n=149)	**9**	6,0	**41**	27,5	**82**	55,0	**129**	86,6
41-50 (n=260)	**16**	6,2	**74**	28,5	**169**	65,0	**220**	84,6
51-70 (n=243)	**14**	5,8	**59**	24,3	**150**	61,7	**192**	79.0
+71 (n=19)	**0**	0,0	**0**	0,0	**12**	63,2	**13**	68,4
Total (n=799)	**43**	5,4	**216**	27,0	**472**	59,1	**667**	83,5

Tabela 23: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por grupos *etários (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista*

É na Rádio que, em termos relativos, as perceções sobre a possibilidade de perda de emprego mais se alteraram (Tabela 24). Para o momento antes da DEE, nenhum jornalista de Rádio assinalava as opções *muito alta* e *alta* relativamente à possibilidade de perder o trabalho de jornalista a curto prazo. Para o cenário depois da DEE, foram 25 os jornalistas de Rádio que assinalaram estas hipóteses (24,5% dos 102 jornalistas de Rádio que responderam à questão). O aumento da expressão destas respostas neste meio foi incomparavelmente superior ao registado nos profissionais da Imprensa, por exemplo, embora, em termos globais, os jornalistas que mais assinalaram estas opções (mais de metade), tanto antes como depois da DEE, tenham sido os que trabalham na Imprensa.

É também na Imprensa que trabalha mais de metade dos jornalistas que assinalaram as opções *baixa* e *muito baixa* para a probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo, se estivesse desempregado, tanto antes como depois da DEE. No entanto, é na Rádio que a variação em função das situações é maior. Antes da DEE, eram 54 os jornalistas de Rádio que assinalavam as opções *baixa* e *muito baixa* (52,9% dos 102 jornalistas de Rádio); depois da DEE, são 84 (82,4%).

	Alta ou muito alta a probabilidade de perder o trabalho de jornalista				Baixa ou muito baixa a probabilidade de encontrar novo emprego se estivesse desempregado			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Imprensa (n=384)	**29**	7,6	**125**	32,6	**247**	64,3	**33**	87,2
Rádio (n=102)	**0**	0,0	**25**	24,5	**54**	52,9	**84**	82,4
TV (n=138)	**3**	2,2	**22**	15,9	**73**	52,9	**84**	60,7
Só online (n=105)	**9**	8,6	**34**	32,4	**56**	53,3	**81**	77,1
Agência (n=50)	**1**	5,9	**8**	16,0	**30**	60,0	**41**	82,0
Outro (n=20)	**1**	5,4	**2**	11,8	**12**	70,6	**16**	94,1
Total (n=799)	**43**	**5,4**	**216**	**27,0**	**472**	**59,1**	**667**	**83,5**

Tabela 24: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por meio (n=799, *total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)*

Também é nos média regionais que se regista a maior variação de respostas, no sentido de um aumento de respostas para as opções *muito alta* e *alta* (Tabela 25). Relativamente ao período antes da DEE, eram 10 os jornalistas dos média regionais/locais que assinalavam esta opção (representando 4,2% dos 238 jornalistas do regional/local); no período depois da DEE, eram 55, ou seja, 23,1%, uma variação de 18,9 pontos percentuais.

Nos média nacionais está a maior concentração dos jornalistas que consideram *baixa* ou *muito baixa* a probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo, caso estivesse desempregado (mais de metade, tanto antes como depois da DEE). No entanto, é nos média regionais/locais que se regista a maior variação de respostas de antes para depois da DEE. Aí estas opções duplicam do antes para o depois: antes, eram 94 os jornalistas dos média regionais/locais (39,5% dos 238 que responderam a esta questão) os que assinalavam estas opções; depois são 194 (ou seja, 81,5%).

	Alta ou muito alta a probabilidade de perder o trabalho de jornalista				Baixa ou muito baixa a probabilidade de encontrar novo emprego se estivesse desempregado			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Internacional (n=77)	**4**	5,2	**13**	16,9	**39**	50,6	**62**	80,5
Nacional (n=462)	**29**	6,3	**143**	31,0	**274**	59,3	**391**	84,6
Regional/Local (n=238)	**10**	4,2	**55**	23,1	**94**	39,5	**194**	81,5
Outro (n=22)	**0**	0,0	**5**	23,8	**15**	71,4	**19**	90,5
Total	**43**	5,4	**216**	27,0	**472**	59,1	**667**	83,5

Tabela 25: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por âmbito *geográfico (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)*

São os jornalistas com contrato a termo certo em período de estágio aqueles para quem mais aumentou o receio de perder o trabalho de jornalista a curto prazo (Tabela 26), seguidos dos jornalistas com contrato a termo certo. Também os que trabalham em regime de prestação de serviços por recibo verde sem avença registaram um aumento significativo desta perceção (eram 8 e passaram a ser 48 os profissionais para quem a DEE tornou *muito provável* ou *provável* a perda de emprego). É nos mesmos grupos que se regista igualmente a maior variação entre o antes e o depois da DEE em relação à probabilidade de encontrar novo emprego caso estivesse desempregado, aumentando entre 30 e 50% o número de respostas *baixa* e *muito baixa* probabilidade.

	Alta ou muito alta a probabilidade de perder o trabalho de jornalista				Baixa ou muito baixa a probabilidade de encontrar novo emprego se estivesse desempregado			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Contrato a termo certo em período de estágio (n=15)	**1**	6,7	**8**	53,3	**8**	53,3	**14**	93,3
Contrato a termo certo (n=84)	**5**	6,0	**27**	32,1	**44**	52,4	**66**	78,6
Contrato a termo incerto (n=43)	**4**	9,3	**10**	23,3	**28**	65,1	**34**	79,1
Contrato sem termo (n=398)	**29**	7,3	**88**	22,1	**254**	63,8	**350**	87,9
Prestação de serviços com avença (n=66)	**5**	7,6	**24**	36,4	**37**	56,1	**53**	80,3
Prestação de serviços por recibo verde sem avença (n=126)	**8**	6,4	**48**	38,1	**68**	54,0	**102**	81,0
Trabalho subcontratado (n=9)	**0**	0,0	**1**	11,1	**3**	33,3	**7**	77,8
Outra (n=58)	**1**	1,7	**10**	17,2	**30**	51,7	**39**	67,2
Total (n=799)	**43**	5,4	**216**	27,0	**472**	59,1	**665**	83,5

Tabela 26: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por vínculo de *relação laboral (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)*

O grupo dos estagiários regista a maior variação relativa na perceção da probabilidade de perder o trabalho de jornalista, embora entre redatores/repórteres e fotojornalistas/repórteres de imagem também tenha praticamente quadruplicado a frequência de resposta *alta* e *muito alta* probabilidade de perder o trabalho de jornalista (Tabela 27). É também entre os estagiários que há, em termos relativos, mais mudança de opinião relativamente à probabilidade de encontrar novo emprego se estivesse desempregado. Embora todos os grupos registem neste domínio uma expectativa extremamente baixa depois da DEE, os mais pessimistas parecem ser os redatores/repórteres, os editores/coordenadores e os chefes/subchefes de redação, já que, para cada um destes grupos profissionais, mais de 86% assinalaram as respostas *baixa* ou *muito baixa* probabilidade de encontrar novo emprego caso estivesse desempregado.

	Alta ou muito alta a probabilidade de perder o trabalho de jornalista				Baixa ou muito baixa a probabilidade de encontrar novo emprego se estivesse desempregado			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Colaborador permanente (n=124)	**3**	2,4	**31**	25,0	**70**	56,5	**100**	80,7
Estagiário (n=17)	**1**	5,9	**8**	47,1	**8**	47,1	**14**	82,4
Redator / Repórter (n=281)	**19**	17,4	**78**	27,8	**165**	58,7	**243**	86,5
Fotojornalista / Repórter de imagem (n=109)	**11**	10,1	**42**	38,5	**59**	54,1	**89**	81,7
Editor / Coordenador de secção (n=109)	**2**	1,8	**20**	18,4	**73**	67,0	**94**	86,2
Chefe / Subchefe de redação (n=43)	**3**	7,0	**14**	32,6	**32**	74,4	**37**	86,1
Membro da direção (n=74)	**3**	4,1	**18**	24,3	**45**	60,8	**60**	81,1
Outra (n=39)	**1**	2,6	**5**	12,8	**17**	43,6	**27**	69,2
Não sabe/ Não responde (n= 3)	**0**	0	**0**	0	**3**	100	**3**	100
Total	**43**	5,4	**216**	27,0	**472**	59,1	**667**	83,5

Tabela 27: Comparação da perceção de alta ou muito alta probabilidade de perder o trabalho de jornalista e da perceção de baixa ou muito baixa probabilidade de encontrar novo emprego no jornalismo se estivesse desempregado antes e depois da DEE, por condição *profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)*

Progredir na carreira ou deixar a profissão?

A ideia patente nos resultados do inquérito acerca das expectativas de progressão na carreira é a de que existe uma situação geral de estagnação, no jornalismo. Também neste domínio se verifica que, se as expectativas já não eram muito grandes antes da DEE, elas reduziram-se ainda mais após a DEE: 62,9% dos respondentes consideravam essa hipótese *pouco* ou *nada provável* antes da DEE; depois da DEE a percentagem subiu para 77,6% dos respondentes, o que representa uma redução das expectativas em 14,7 pontos percentuais (Tabela 28).

	Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%
Muito provável	**48**	6,0	**22**	2,6
Provável	**229**	28,6	**122**	15,3
Pouco provável	**332**	41,5	**337**	42,2
Nada provável	**171**	21,4	**283**	35,4
Não sabe / Não responde	**19**	2,4	**35**	4,4
Total	**799**	**100%**	**799**	**100%**

Tabela 28: Comparação das perceções sobre a probabilidade de progredir na carreira de jornalista se estivesse desempregado antes e depois da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Face aos resultados anteriores, talvez se possa explicar o facto de, para os jornalistas inquiridos, a probabilidade de mudar de profissão, ter também aumentado substancialmente em todos os parâmetros analisados, entre o período antes e depois da DEE. Antes, essa hipótese era *pouco provável* ou *nada provável* para 564 respondentes (70,6%). Depois, essa hipótese já era assinalada apenas por 407 respondentes (50,9%), o que representa uma descida de quase 20 pontos percentuais (Tabela 29). A percentagem dos respondentes que consideram a possibilidade de abandonar o jornalismo como *muito provável* subiu de 3,5% para 14,3%. Entre os que admitiam essa possibilidade como *provável* a percentagem passou de 23,7% para 30,7%. Reforçando esta tendência, são menos os que consideram que é *pouco provável* deixar o jornalismo (43,4% antes da DEE e 37,5% depois da DEE) ou *nada provável* (27,2% antes da DEE para 13,4% depois da DEE).

	Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%
Muito provável	**28**	3,5	**114**	14,3
Provável	**189**	23,7	**245**	30,7
Pouco provável	**347**	43,4	**300**	37,5
Nada provável	**217**	27,2	**107**	13,4
Não sabe / Não responde	**18**	2,3	**33**	4,1
Total	**799**	**100%**	**799**	**100%**

Tabela 29: Comparação das perceções sobre a probabilidade de deixar a profissão antes e depois da DEE (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Nesta matéria, as variações das perceções de homens e mulheres são absolutamente equivalentes. A probabilidade de progredir na carreira baixou na mesma proporção para os dois grupos (Tabela 30). São, no entanto, os homens aqueles para quem mais aumentou a probabilidade de deixar a profissão. Se antes da DEE era *muito provável* ou *provável* deixar a profissão para 126 homens, depois da DEE esta hipótese tornou-se mais forte para 216.

	Pouco ou nada provável progredir na carreira				Provável ou muito provável deixar a profissão			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Feminino (n=307)	**209**	68,1	**257**	83,7	**91**	29,6	**143**	46,6
Masculino (n=492)	**294**	59,8	**363**	73,8	**126**	25,6	**216**	43,9
Total	**503**	**63,0**	**620**	**77,6**	**217**	**27,2**	**359**	**44,9**

Tabela 30: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, entre homens e mulheres (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade *profissional, principal ou secundária, como jornalista)*

Os mais jovens também são aqueles para quem se registou a maior variação neste domínio. Se metade dos que têm menos de 30 anos achava *pouco provável* ou *nada provável* progredir na carreira antes da DEE, depois, passam a ser três quartos dos respondentes com esta idade (Tabela 31). Na generalidade dos grupos etários a progressão é, de facto, *pouco provável* ou *nada provável* para cerca de 75% dos respondentes. Em termos de idade, é no grupo dos que têm menos de 30 anos que se regista o maior aumento de respostas para estas categorias, logo seguido do grupo dos 31 aos 40.

	Pouco ou nada provável progredir na carreira				Provável ou muito provável deixar a profissão			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%	n	%	n	%
-30 (n=128)	**63**	49,2	**95**	74,2	**33**	25,8	**56**	43,8
31-40 (n=149)	**90**	60,4	**118**	79,2	**49**	38,3	**83**	64,8
41-50 (n=260)	**181**	69,6	**210**	80,8	**76**	59,4	**122**	95,3
51-70 (n=243)	**155**	63,8	**183**	75,3	**54**	42,2	**93**	72,7
+71 (n=19)	**14**	73,7	**14**	73,7	**5**	3,9	**5**	3,9
Total	**503**	63,0	**620**	77,6	**271**	27,2	**359**	44,9

Tabela 31: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por grupo etário (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, *principal ou secundária, como jornalista)*

Em termos de meios, parece ser no setor da Imprensa que se perde mais confiança (Tabela 32). As perceções denotam que 83,1% dos 384 jornalistas de Imprensa que responderam a esta questão consideram *pouco provável* ou *nada provável* progredir na carreira. Não obstante, é entre os jornalistas de agência que se regista maior variação do cenário antes e após a DEE. O número de profissionais deste meio para quem passou a ser *muito provável* ou *provável* deixar de exercer a profissão não é muito expressivo em termos absolutos, mas aumenta 14 vezes de uma situação para a outra.

	Pouco ou nada provável progredir na carreira				Provável ou muito provável deixar a profissão			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	N	%	n	%	n	%	n	%
Imprensa (n=384)	**254**	66,2	**319**	83,1	**55**	14,3	**62**	16,2
Rádio (n=102)	**66**	64,7	**82**	80,3	**5**	4,9	**17**	16,7
TV (n=138)	**77**	55,8	**94**	68,1	**11**	8	**15**	10,9
Só online (n=105)	**65**	61,9	**77**	73,3	**15**	14,3	**24**	22,9
Agência (n=50)	**29**	58,0	**32**	64,0	**1**	2,0	**14**	28,0
Outro (n=20)	**13**	76,5	**16**	94,1	**4**	23,5	**8**	47,1
Total	**503**	63,0	**620**	77,7	**217**	27,2	**359**	44,9

Tabela 32: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por meio (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou *secundária, como jornalista)*

Só nos média internacionais parece que a DEE terá tido menos efeito. A variação de perceções em relação à probabilidade de progredir na profissão é bastante menos expressiva do que nos média regionais/locais, por exemplo, onde também se regista o maior aumento da probabilidade de deixar de exercer a profissão (Tabela 33). Praticamente duplica o número de jornalistas destes meios que consideravam *muito provável* ou *provável* deixar a profissão.

	Pouco ou nada provável progredir na carreira				Provável ou muito provável deixar a profissão			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Internacional (n=77)	**40**	51,6	**46**	59,8	**19**	24,7	**23**	29,9
Nacional (n=462)	**301**	65,2	**368**	79,7	**145**	31,4	**235**	50,9
Regional/Local (n=238)	**145**	60,9	**188**	79,0	**48**	20,2	**94**	39,5
Outro (n=22)	**16**	76,2	**17**	81,0	**5**	23,8	**7**	33,3
Total	**503**	63,0	**620**	77,6	**217**	27,2	**359**	44,9

Tabela 33: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por âmbito geográfico

Os estagiários e os prestadores de serviços são aqueles para quem mais aumenta a possibilidade de deixar a profissão, embora seja nos titulares de contrato sem termo que, curiosamente, se situa a maior fatia de respostas *muito provável* e *provável*. À exceção dos estagiários inquiridos, onde as expectativas de progressão na carreira se mantêm relativamente elevadas, tanto mais que estamos a falar de profissionais no início da carreira, em todas as restantes categorias os respondentes que referem como *pouco* ou *nada provável* a progressão na carreira atingem percentagens superiores a 60% (Tabela 34). É nos trabalhadores de prestação de serviços com avença que surgem as menores expectativas de progressão na carreira: 92,4% que referiram

considerar tal situação *pouco* ou *nada provável*. Por outro lado, a possibilidade de abandonar a profissão afeta particularmente os jornalistas com contratos a termo incerto, que admitiram essa possibilidade como *provável* ou *muito provável* no período após a DEE (48,8%), os jornalistas avençados (47%) e os contratados a termo certo (46,4%).

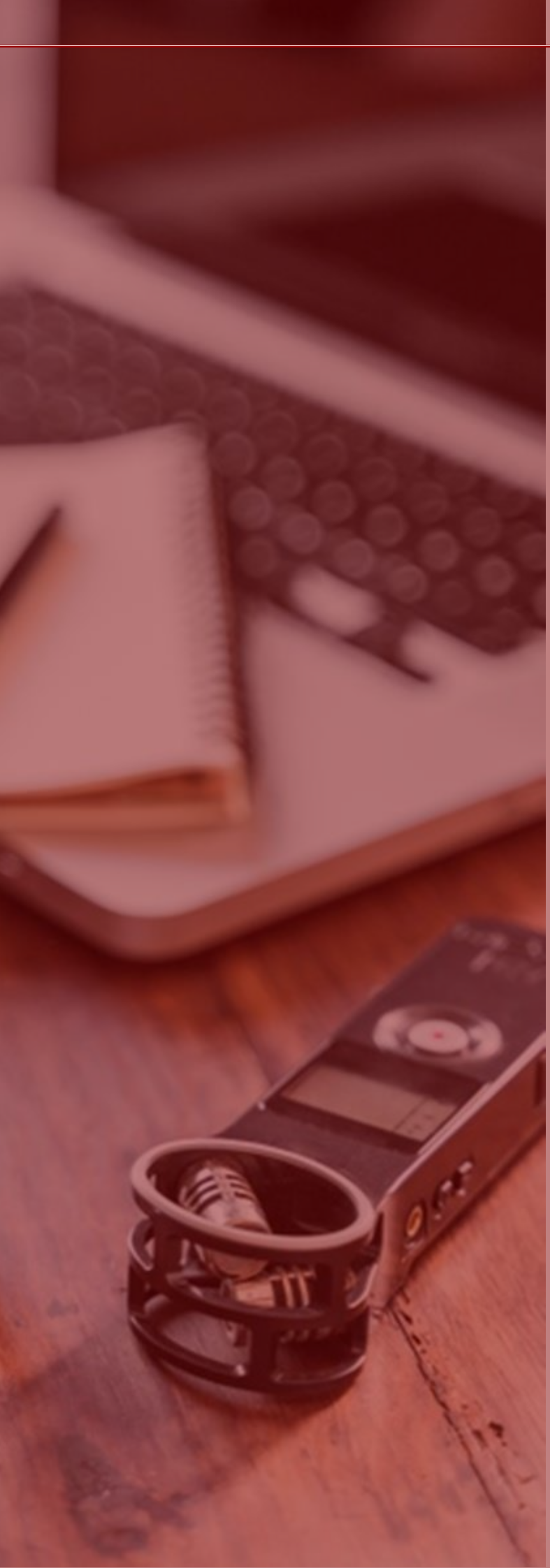
	Pouco ou nada provável progredir na carreira				Provável ou muito provável deixar a profissão			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Contrato a termo certo em período de estágio (n=15)	**2**	13,3	**9**	60,0	**0**	0	**6**	40
Contrato a termo certo (n=84)	**53**	63,1	**63**	75,0	**19**	22,6	**39**	46,4
Contrato a termo incerto (n=43)	**29**	67,4	**30**	69,8	**14**	32,6	**21**	48,9
Contrato sem termo (n=398)	**264**	66,3	**323**	81,2	**113**	28,4	**181**	45,5
Prestação de serviços com avença (n=66)	**40**	60,0	**61**	92,4	**19**	28,8	**31**	47,0
Prestação de serviços por recibo verde sem avença (n=126)	**75**	59,5	**100**	79,4	**27**	21,4	**60**	41,6
Trabalho subcontratado (n=9)	**7**	77,8	**7**	77,8	**2**	22,2	**3**	33,3
Outra (n=58)	**23**	36,7	**37**	63,8	**13**	21,4	**18**	31,0
Total	**503**	63,0	**620**	77,6	**217**	27,2	**359**	44,9

Tabela 34: Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por vínculo profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)

Os redatores e os repórteres inquiridos são os que acalentam menos expectativas de progredir na carreira (82,6%), mas esta visão afeta transversalmente todas as categorias profissionais, com percentagens sempre superiores a 50% (Tabela 35). Quanto à possibilidade de deixar de exercer a profissão, são os chefes e os subchefes (53,5%) e os colaboradores permanentes (50,8%) os que mais encaram essa hipótese como *provável* ou *muito provável*, seguidos pelos fotógrafos e os repórteres de imagem (48,7%) e pelos redatores e os repórteres (44,8%).

	Pouco ou nada provável progredir na carreira				Provável ou muito provável deixar a profissão			
	Antes da DEE		Depois da DEE		Antes da DEE		Depois da DEE	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Colaborador permanente (n=124)	**77**	62,1	**93**	75,0	**41**	33,0	**63**	50,8
Estagiário (n=17)	**4**	23,5	**9**	52,9	**2**	11,8	**7**	41,2
Redator / Repórter (n=281)	**191**	68.0	**232**	82,6	**84**	29,9	**126**	44,8
Fotojornalista / Repórter de imagem (n=109)	**59**	54,1	**81**	74,3	**28**	25,7	**53**	48,6
Editor / Coordenador de secção (n=109)	**71**	65,1	**82**	75,2	**24**	22,0	**43**	39,4
Chefe / Subchefe de redação (n=43)	**32**	74,4	**36**	83,8	**16**	37,2	**23**	53,5
Membro da direção (n=74)	**43**	58,1	**58**	78,3	**15**	20,3	**32**	43,2
Outra (n=39)	**25**	64,1	**27**	69,2	**5**	12,9	**10**	25,7
Não sabe/ Não responde (n= 3)	**1**	33,3	**2**	66,6	**2**	66,7	**2**	66,7
Total	**503**	63,0	**620**	77,6	**217**	27,2	**359**	45,0

Tabela 35:Comparação da perceção de pouco ou nada provável progredir na carreira e da perceção de provável ou muito provável deixar a profissão antes e depois da DEE, por condição profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade *profissional (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)*



5.

Deontologia

Rigor

Fontes de informação

Conteúdos patrocinados

Mais de metade dos jornalistas que aceitaram responder ao estudo sobre os efeitos da Covid-19 no jornalismo consideram que a cobertura jornalística realizada durante o período em que vigorou a Declaração do Estado de Emergência (DEE) levantou alguns problemas éticos e deontológicos. As questões relacionadas com a qualidade da informação estão no centro das preocupações dos jornalistas inquiridos (rigor, fontes de informação, e independência), assim como temas relacionados com direitos dos cidadãos (privacidade, discriminação, identificação de protagonistas das notícias). Os jornalistas mais jovens encontram-se entre os que se mostraram mais sensíveis a estas questões, não obstante o inquérito revelar que eles integram, tendencialmente, o grupo de profissionais com salários mais baixos.

Deontologia jornalística no contexto do Estado de Emergência

Na secção do inquérito dedicada às questões da Ética e da Deontologia – "Covid-19 e Deontologia" –, os profissionais foram questionados sobre se o contexto resultante da DEE tinha colocado *questões deontológicas particulares* no exercício do jornalismo. Uma razoável maioria (56,7%) respondeu *sim*, contra 40,7% que responderam *não* (Tabela 36). E não se verifica um desvio significativo quando se avaliam as respostas em função do sexo, embora as mulheres sejam comparativamente mais a responder *sim* (59,8%) do que os homens (55,0%).

	n	%
Sim	**505**	56,7
Não	**362**	40,7
Não sabe / Não responde	**23**	2,6
Total	**890**	100%

Tabela 36: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (n=890, total de respondentes ao inquérito)

Já alguma diferença parece verificar-se relativamente aos mais jovens, pois entre os que têm menos de 30 anos são 65,9% os que afirmaram que emergiram nesta altura questões deontológicas particulares (Tabela 37). O mesmo se pode dizer dos profissionais que detinham título provisório de estagiário, com 65,2% a responder *sim* (Tabela 38). Verifica-se ainda que os profissionais que estavam no jornalismo há menos de dois anos tinham também uma perceção mais acentuada desta questão: foram 65,0% os que responderam *sim*.

	Até 30 anos		31-40 anos		41-50 anos		51-70 anos		+71 anos		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	Total
Sim	**87**	65,9	**88**	57,1	**156**	56,7	**155**	52,7	**19**	54,3	**505**
Não	**43**	32,6	**59**	38,3	**115**	41,8	**129**	43,9	**16**	45,7	**362**
Não sabe / Não responde	**2**	1,5	**7**	4,5	**4**	1,5	**10**	3,4	**0**	0,0	**23**
Total	**132**		**154**		**275**		**294**		**35**		

Tabela 37: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (Respostas por escalões etários) (n=890, total de respondentes ao inquérito)

	Carteira profissional		Título provisório de estagiário		Cartão de equiparado a jornalista		Cartão de correspondente estrangeiro		Cartão de colaborador		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	Total
Sim	**417**	59,7%	**30**	65,2%	**24**	40,0%	**7**	63,6%	**27**	36,0%	**505**
Não	**265**	38,0%	**15**	32,6%	**34**	56,7%	**3**	27,3%	**45**	60,0%	**362**
Não sabe / Não responde	**16**	2,3%	**1**	2,2%	**2**	6,3%	**1**	9,1%	**3**	4,0 %	**23**
Total	**698**		**46**		**60**		**11**		**75**		

Tabela 38: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (Respostas por título profissional) (n=890, total de respondentes ao inquérito)

Se olharmos para a distribuição das respostas conforme os escalões de remuneração, constatamos que os que tinham vencimentos mais elevados se afastavam igualmente da média: 63,9% dos jornalistas que ganhavam mais de 2.500 euros mensais responderam *sim* a esta questão, o mesmo tendo feito 61,6% dos que ganhavam entre 2.001 e 2.500 euros, assim como 65,1% dos que auferiam entre 1.000 e 1.500 euros por mês (Tabela 39).

	Sem vencimento	Até 634 €	De 635 a 900 €	De 901 a 1.000 €	De 1.001 a 1.501 €	De1.501 a 2.000 €	De 2.001 a 2.500 €	Mais de 2.500 €	NS/NR
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Sim	43,1	56,0	55,2	52,6	65,1	52,2	61,6	63,9	0,0
Não	55,2	41,3	41,3	45,6	32,5	46,7	37,0	33,3	0,0
Não sabe / Não responde	1,7	2,7	3,5	1,8	2,4	1,1	1,4	2,8	100
Total	**58**	**75**	**201**	**57**	**169**	**92**	**73**	**72**	**2**

Tabela 39: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (Respostas por remuneração mensal) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, *como jornalista)*

Refira-se ainda que, cruzando as respostas a esta pergunta com os diferentes tipos de relação laboral dos inquiridos, concluímos que são os detentores de um "contrato sem termo" os que parecem revelar uma maior sensibilidade à emergência de questões deontológicas particulares no contexto da pandemia: 59,5% optaram pelo *sim* (Tabela 40).

	Contrato / Estágio		Contrato a termo certo		Contrato a termo incerto		Contrato sem termo		Prestação de serviço / Avença		Recibo verde		Sub contrato		Outro		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	Total
Sim	**7**	46,7	**46**	54,8	**25**	58,1	**237**	59,5	**31**	47,0	**74**	58,7	**5**	55,6	**32**	55,2	**505**
Não	**8**	53,3	**35**	41,7	**17**	39,5	**152**	38,2	**33**	50,0	**47**	37,3	**3**	33,3	**26**	44,8	**362**
NS/NR	**0**	0,0	**3**	3,6	**1**	2,3	**9**	2,3	**2**	3,0	**5**	4,0	**1**	11,1	**0**	0,0	**23**
Total	**15**		**84**		**43**		**398**		**66**		**129**		**9**		**58**		**799**

Tabela 40: Considera que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo? (Respostas por tipo de relação laboral) (n=799, total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou *secundária, como jornalista)*

Princípios, valores e procedimentos deontológicos

Uma segunda pergunta procurou perceber, em concreto, que *princípios, valores e procedimentos mais foram postos em causa* na cobertura jornalística em tempos de Estado de Emergência. Dez itens eram apresentados, pedindo-se aos respondentes que escolhessem até um máximo de cinco. O que recolheu mais nomeações em termos absolutos, com 80% de referências, foi o do *rigor* (especificado como *rejeição do sensacionalismo; distinção entre factos e opinião; repúdio da censura; denúncia de condutas que atentem contra a liberdade de expressão e o direito de informar*) (Tabela 41).

Por ordem decrescente de menções, os outros princípios e valores que os inquiridos consideraram terem sido postos em causa foram:

- *Fontes de informação (luta contra restrições ao acesso à informação; audição de partes com interesses atendíveis; identificação como regra; atribuição de opiniões; respeito pelos princípios do sigilo profissional)*, com 46,7% de menções;

- *"Contacto com fontes ou testemunhas (abordagem que evite causar humilhação, perturbação da dor ou exploração da vulnerabilidade psicológica, emocional ou física; garantia de condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas*), com 43% de menções;

- *Retificação de informações (correção de informações inexatas ou falsas)*, com 39,4%;

- *Independência (recusa de funções ou tarefas suscetíveis de comprometer a independência; atuação de acordo com a consciência pessoal)*, com 32,3%;

- *Privacidade (respeito, salvo em caso de contradição entre a conduta do indivíduo e os valores e princípios que publicamente defende; avaliação da natureza do caso e da condição da pessoa; preservação da reserva da intimidade; fundamentação de exceções em interesse público)*, com 27,5% de menções.

	n	%
Rigor	**404**	80,0
Fontes	**236**	46,7
Contacto com fontes ou testemunhas	**217**	43,0
Retificação de informações	**199**	39,4
Independência	**163**	32,3
Privacidade	**139**	27,5
Faltas profissionais	**73**	14,7
Não discriminação	**63**	12,5
Identificação de protagonistas	**62**	12,3
Meios de recolha	**61**	12,1
Total	**505**	**100%**

Tabela 41: Princípios, valores e procedimentos que mais foram postos em causa na cobertura jornalística do Estado de Emergência? (Até cinco opções) (n=505, total de respondentes que consideraram que a DEE colocou questões deontológicas ao exercício do jornalismo)

A questão do *rigor* é claramente a mais referida em todas as dimensões das respostas que analisámos: apontaram-na 94,7% dos jornalistas com mais de 70 anos, mas também 86,2% dos que

tinham menos de 30 anos e 80,8% dos que tinham entre 41 e 50 anos (Tabela 42); escolheram-na 89,1% dos que trabalhavam na Rádio, mas também 86,7% dos que trabalhavam apenas em meios online e 81,7% dos que trabalham em Televisão (Tabela 43). Aqui, apenas os jornalistas de agência mostraram uma posição mais matizada, pois colocaram duas dimensões *ex-aequo* no primeiro lugar: 70,4% continuaram a apontar o *rigor* como uma das questões mais sensíveis nesta fase, e também 70,4% identificaram a questão das *fontes de informação* (*luta contra restrições ao acesso à informação; audição de partes com interesses atendíveis; identificação como regra*…, etc.).

	Até 30 anos		31-40 anos		41-50 anos		51-70 anos		+71 anos		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	Total
Rigor	**75**	**86,2**	**65**	**73,9**	**126**	**80,8**	**120**	**77,4**	**18**	**94,7**	**404**
Independência	**29**	33,3	**24**	27,3	**37**	23,7	**62**	40,0	**11**	**57,9**	**163**
Fontes	**41**	**47,1**	**39**	**44,3**	**83**	**53,2**	**66**	**42,6**	**7**	**36,8**	**236**
Contacto com fontes ou testemunhas	**38**	**43,7**	**39**	**44,3**	**73**	**46,8**	**63**	**40,6**	**4**	21,1	**217**
Retificação de informações	**34**	39,1	**35**	39,8	**73**	**46,8**	**52**	33,5	**5**	26,3	**199**
Faltas profissionais	**13**	14,9	**10**	11,4	**23**	14,7	**25**	16,1	**3**	15,8	**74**
Não discriminação	**11**	12,6	**11**	12,5	**19**	12,2	**20**	12,9	**2**	10,5	**63**
Meios de recolha	**10**	11,5	**11**	12,5	**14**	9,0	**22**	14,2	**4**	21,1	**61**
Identificação de protagonistas	**7**	8,0	**6**	6,8	**18**	11,5	**28**	18,1	**3**	15,1	**62**
Privacidade	**26**	29,9	**19**	21,6	**47**	30,1	**42**	27,1	**5**	26,3	**139**
Total	**87**		**88**		**156**		**155**		**19**		**505**

Tabela 42: Princípios, valores e procedimentos que mais foram postos em causa na cobertura jornalística do Estado de Emergência. (Até cinco opções) – Resposta por escalões etários (n=505, total de respondentes que consideraram que a DEE colocou questões *deontológicas ao exercício do jornalismo)*

	Imprensa	Rádio	Televisão	Só online	Agência	Produtora	Outro
	%	%	%	%	%	%	%
Rigor	75,5	89,1	81,7	86,7	70,4	66,7	100,0
Independência	30,0	27,3	32,9	35,0	29,6	33,3	44,4
Fontes	50,5	38,2	41,5	38,3	70,4	33,3	33,3
Contacto com fontes ou testemunhas	45,9	41,8	31,7	50,0	44,4	66,7	44,4
Retificação de informações	38,6	43,6	41,5	46,7	25,9	33,3	33,3
Faltas profissionais	16,4	14,5	9,8	15,0	14,8	0,0	22,2
Não discriminação	12,3	5,5	17,1	16,7	3,7	0,0	22,2
Meios de recolha	10,5	18,5	9,8	5,0	7,4	0,0	11,1
Identificação de protagonistas	16,8	12,7	1,2	10,0	11,1	0,0	11,1
Privacidade	28,6	32,7	26,8	21,7	25,9	33,3	22,2
Total	**220**	**55**	**82**	**60**	**27**	**3**	**9**

Tabela 43: Princípios, valores e procedimentos que mais foram postos em causa na cobertura jornalística do Estado de Emergência (Até cinco opções) - Respostas por tipo de meio de comunicação (n=456, total de respondentes com atividade profissional, principal ou *secundária, como jornalistas e que consideraram que a DEE colocou questões deontológicas ao exercício do jornalismo)*

Conteúdos patrocinados

Uma outra questão que procurámos indagar no inquérito tinha a ver com o eventual aumento de produção, por parte dos jornalistas, dos chamados "conteúdos patrocinados" – produtos híbridos que se têm desenvolvido em múltiplos meios de comunicação, como forma de contrabalançar a diminuição das receitas de publicidade tradicional. Neste capítulo, uma claríssima maioria (90,4%) negou que os seus editores/diretores lhes tenham pedido, nesta fase do Estado de Emergência, que fizessem trabalhos desse tipo. Em contrapartida, 5,3% dos inquiridos admitiram que tais pedidos lhes foram feitos, enquanto 2,4% disseram que lhes foram solicitados trabalhos desse tipo, mas sem prévia informação do que, na verdade, se tratava. Somando as duas parcelas, temos 7,7 dos inquiridos a confirmar terem sido solicitados a produzir "conteúdos patrocinados" neste período (Tabela 44).

	n	%
Sim	**42**	5,3
Não	**722**	90,4
Sim, mas não fui informado disso	**19**	2,4
Não sabe / Não responde	**16**	2
Total	**799**	**100%**

Tabela 44: Durante este período, os seus editores/diretores pediram-lhe trabalhos que podem configurar os chamados "conteúdos patrocinados" por entidades externas à sua empresa? (n=799 total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou *secundária, como jornalista*

Os dados do inquérito sugerem alguma diferença de situações quando se olha para os respondentes em função dos seus títulos profissionais: nos detentores de título provisório de estagiário, foram 11,4% os que admitiram ter recebido aqueles pedidos, a que se somam 9,1% que os receberam, mas sem prévia informação, atingindo no total os 20,5% (Tabela 45).

	Carteira profissional		Título provisório de estagiário		Cartão de equiparado a jornalista		Cartão de correspondente estrangeiro		Cartão de colaborador		
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	Total
Sim	**34**	5,3	**5**	**11,4**	**2**	3,8	**0**	0,0	**1**	1,8	**42**
Não	**575**	90,4	**34**	77,3	**51**	96,2	**9**	90,0	**53**	94,6	**722**
Sim, mas não fui informado	**15**	2,4	**4**	**9,1**	**0**	0,0	**0**	0,0	**0**	0,0	**19**
NS/NR	**12**	1,9	**1**	2,3	**0**	0,0	**1**	10,0	**2**	3,6	**16**
Total	**633**		**44**		**53**		**10**		**56**		**799**

Tabela 45: Durante este período, os seus editores/diretores pediram-lhe trabalhos que podem configurar os chamados "conteúdos patrocinados" por entidades externas à sua empresa? (Respostas por título profissional) (n=799, total dos respondentes que declararam ter *atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)*

Coisa parecida pode dizer-se relativamente aos escalões etários: os jovens jornalistas foram mais instados a produzir "conteúdos patrocinados" do que os mais velhos, pois admitiram tê-lo feito 17,2% dos que têm menos de 30 anos (10,9% que confirmaram ter recebido pedidos nesse sentido, a que se somam 6,3% que os receberam, mas sem prévia informação). E o mesmo se diga dos do escalão entre 31 e 40 anos: admitiram tê-lo feito 13,5% dos inquiridos – 10,1% que confirmaram os

pedidos e 3,4% que os receberam, mas sem qualquer informação prévia sobre a sua natureza (Tabela 46).

	Até 30 anos		31-40 anos		41-50 anos		51-70 anos		+71 anos		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	Total
Sim	**14**	10,9	**15**	10,1	**4**	1,5	**8**	3,3	**1**	5,3	**42**
Não	**104**	81,3	**125**	83,9	**246**	94,6	**229**	94,2	**18**	94,7	**722**
Sim, mas não fui informado	**8**	6,3	**5**	3,4	**4**	1,5	**2**	0,8	**0**	0,0	**19**
NS/NR	**2**	1,6	**4**	2,7	**6**	2,3	**4**	1,6	**0**	0,0	**16**
Total	**128**		**149**		**260**		**243**		**19**		**799**

Tabela 46: Durante este período, os seus editores/diretores pediram-lhe trabalhos que podem configurar os chamados "conteúdos patrocinados" por entidades externas à sua empresa? (Respostas por escalões etários) (n=799, total dos respondentes que declararam ter *atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)*

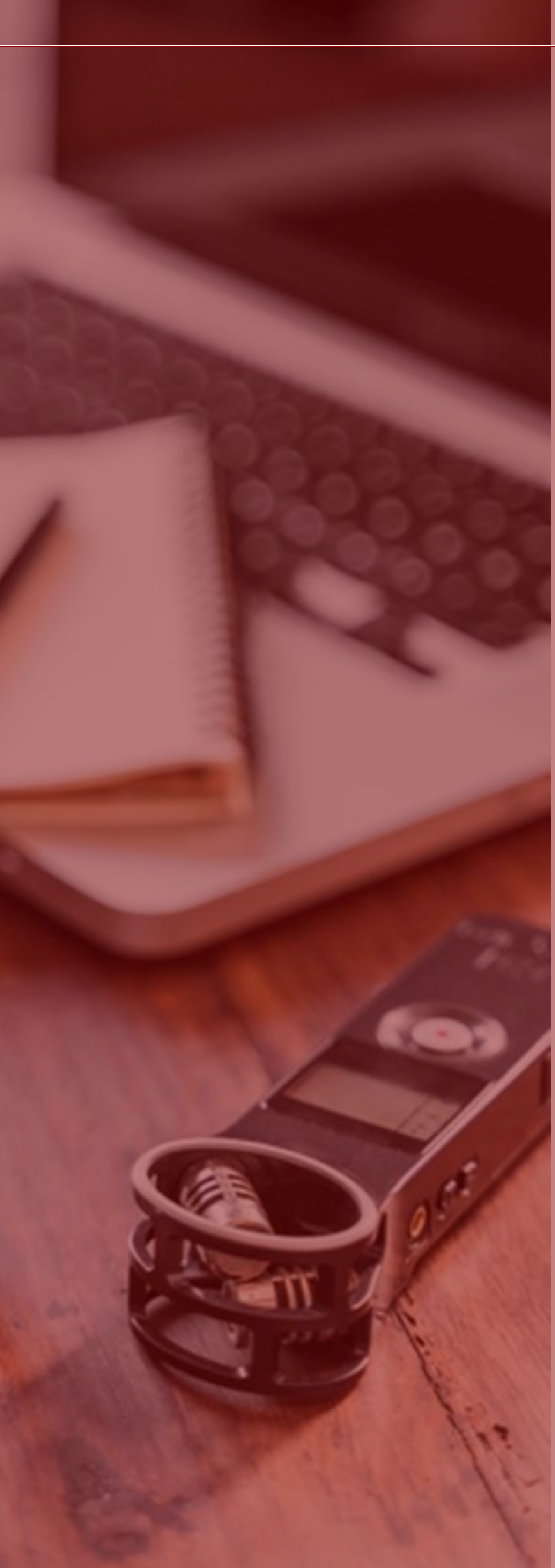
Também se olharmos para as respostas a esta pergunta em função dos escalões de remuneração mensal, chegamos a conclusões do mesmo teor: quem mais disse ter recebido pedidos de elaboração de "conteúdos patrocinados" foram os jornalistas que ganhavam entre 635 e 900 euros mensais (10,9%, a que podemos somar os 3% que receberam pedidos sem prévia informação), seguindo-se-lhes os que ganhavam entre 901 e 1.000 euros (7%). Pelo contrário, entre todos os jornalistas com vencimentos mensais acima dos 1.500 euros, este tipo de solicitações ocorreu em muito menor percentagem – entre 1,1% e 2,8% (Tabela 47).

	Sem vencimento	Até 634 €	De 635 a 900 €	De 901 a 1.000 €	De 1.001 a 1.501 €	De1.501 a 2.000 €	De 2.001 a 2.500 €	Mais de 2.500 €	NS/NR	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
Sim	1,7	2,7	**10,9**	7,0	5,3	1,1	1,4	2,8	0,0	**42**
Não	96,6	92,0	84,1	93,0	89,9	95,7	94,5	91,7	0,0	**722**
Sim, mas não fui informado	0,0	4,0	3,0	0,0	3,6	1,1	1,4	2,8	0,0	**19**
NS/NR	1,7	1,3	2,0	0,0	1,2	2,2	2,7	2,8	100,0	**16**
Total	**58**	**75**	**201**	**57**	**169**	**92**	**73**	**72**	**2**	**799**

Tabela 47: Durante este período, os seus editores/diretores pediram-lhe trabalhos que podem configurar os chamados "conteúdos patrocinados" por entidades externas à sua empresa? (Respostas por remuneração mensal) (n=799, total dos respondentes que declararam ter *atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista)*

Se olharmos para as respostas em função dos anos de profissão, verifica-se também uma clara prevalência dos mais jovens relativamente aos pedidos recebidos para este tipo de trabalhos. Dos que estão há menos de 5 anos nesta profissão, são 22,2% os que reportaram ter recebido pedidos desses no decurso do Estado de Emergência (a que podemos somar 11,3% que receberam tais pedidos, mas não foram previamente informados sobre aquilo de que se tratava). Os diversos dados parecem, afinal, convergir num mesmo sentido: foram, em termos genéricos, os jornalistas mais jovens, com menos tempo de profissão, com mais baixos ordenados e com títulos profissionais mais frágeis que tenderam a receber mais pedidos deste tipo de 'produtos' híbridos, que têm uma aparência jornalística, mas que, de facto, são publicidade.

Uma última questão procurava perceber se este tipo de pedidos para a elaboração de "conteúdos patrocinados" fora uma novidade ou se já costumava acontecer antes da DEE. Dos 42 respondentes que referiram ter recebido tais pedidos, 37 (o que corresponde a 88,1% do total) disseram que tal prática já se verificava antes. Portanto, a iniciativa não seria uma consequência direta da situação de emergência em que se encontrou o país. Em contrapartida, 4 deles (9,5%) afirmaram que tais pedidos foram "uma novidade".



6.

Financiamento

Apoios do Estado

Tipos de apoio

A grande maioria dos jornalistas considerou legítimo que o Estado elabore medidas de apoio aos média, capazes de assegurar um serviço de informação jornalística pública e de qualidade. As consequências que se abateram sobre o setor, em consequência da Covid-19 e da Declaração do Estado de Emergência (DEE), reforçaram ainda mais esta opinião. Os jornalistas dos média regionais e os membros das direções estão entre os maiores defensores destas medidas de apoio, que encontraram mais resistências nos seus colegas da Televisão.

Que medidas de apoio defendem os jornalistas para promover a qualidade dos média?

Os contextos introduzidos pela pandemia da Covid-19 e pela subsequente DEE vieram acentuar os problemas de sustentação económica dos meios de comunicação social portugueses, suscitando uma renovada discussão pública sobre alternativas de financiamento e modelo de negócio dos média. Com a situação da DEE, a exemplo do que aconteceu noutros setores económicos e do debate já então iniciado acerca da viabilidade das empresas de média, o tema dos apoios estatais voltou a colocar-se com particular acuidade – em particular, sobre o propósito do tipo de ajudas resultantes do investimento em publicidade institucional.

Quando questionados sobre se *o Estado deve apoiar financeiramente a comunicação social, no sentido de garantir informação de qualidade*, 69% do total de inquiridos (isto é, 614 respondentes) referiram que *sim*, enquanto 20,4% (182 respondentes) recusaram tal ideia. É interessante verificar que quando se colocou esta mesma questão, mas introduzindo o *contexto da crise suscitada pela pandemia da Covid-19*, a percentagem dos que defendem formas de apoio do Estado aumentou para 75,5% do total de inquiridos (672 respondentes), enquanto a dos que discordam dessa ideia diminuiu: 13,7% (122 respondentes). Assim, os resultados não só indiciam que os jornalistas defendiam que o Estado devia garantir os apoios para prossecução dos objetivos e funções sociais do jornalismo, como revelaram que a opinião favorável acerca deste tipo de medidas tende a ser mais expressiva em contextos económicos de exceção.

Uma análise mais detalhada a estas respostas por variáveis como a idade, a relação de trabalho ou a categoria profissional, não evidencia diferenças significativas. Ainda assim, é possível identificar que a ideia do apoio do Estado aos média tem maior acolhimento entre 78,4% dos inquiridos que, durante a DEE, faziam parte da direção dos órgãos de comunicação social onde trabalhavam. Esta ideia tem também níveis de aceitação elevados entre os titulares de Cartão de Identificação de Equiparado a Jornalista e de Cartão de Colaborador nas Comunidades Portuguesas (86,7%), os profissionais do jornalismo regional e local (81,5%) e entre os jornalistas que tinham contratos de trabalho a prazo (79,8%). Já entre os profissionais da Televisão inquiridos a ideia dos apoios do Estado recebe, relativamente, menor acolhimento: apenas 56,5% respondem *sim*.

As tendências verificadas à resposta anterior aumentam quando a possibilidade de apoio do Estado se coloca no contexto específico da crise suscitada pela Covid-19: sobe entre os detentores de contratos a prazo (88,1%); entre os titulares de Cartão de Identificação de Equiparado a Jornalista e de Cartão de Colaborador nas Comunidades Portuguesas (86,7%); os jornalistas membros da direção (86,5%); e os profissionais do jornalismo regional/local (84%).

Em contexto de crise pandémica, o apoio do Estado aos média tem acolhimento entre 82,6% dos jornalistas inquiridos com idade até aos 30 anos, os que têm até dois anos de profissão (82,5%) e os que têm entre três a cinco anos de exercício do jornalismo (82,6%). Nestas circunstâncias

excecionais, também 80,4% dos jornalistas inquiridos da Rádio mostraram-se favoráveis à existência de apoios do Estado, assim como 86% dos contratados a termo incerto, no momento da DEE.

Aos elementos da amostra que se afirmaram recetivos relativamente ao financiamento público da comunicação social (614 respondentes), foi pedido que elegessem que tipos de *mecanismos pode ou deve o Estado promover para apoiar a comunicação social*, sendo permitidas respostas múltiplas. Considerando a experiência portuguesa e a realidade de outros países, bem como as propostas entretanto avançadas pelas organizações representativas do setor, foram oferecidas cinco possibilidades genéricas de resposta (Tabela 48). Entre estas opções, foi a dimensão indireta dos benefícios fiscais de apoio ao consumo de média – onde se inscreve, a título de exemplo, a isenção de IVA na aquisição de conteúdos informativos – que colheu maior nível de aprovação entre os inquiridos, seguindo-se os apoios decorrentes do investimento em publicidade institucional. Entre os profissionais da Imprensa inquiridos, 60,2% referiram medidas de apoio à circulação e difusão de conteúdos; uma percentagem que desceu para os 42,7%, entre os profissionais da Rádio, e para 41%, nos de Televisão.

	n	%
Benefícios fiscais de apoio ao consumo de média (isenção de IVA, etc.)	**454**	73,9
Apoio através de aquisição publicidade institucional	**398**	64,8
Apoio à circulação e difusão de conteúdos (porte pago e tecnologias de difusão)	**331**	53,9
Apoio direto ao consumo de média (vouchers para todos os cidadãos, ofertas de subscrição a jovens, etc.)	**268**	43,6
Empréstimos com condições vantajosas	**108**	17,6
Outro	**37**	6,0

Tabela 48: Mecanismos que o Estado deve ou pode promover para apoiar a comunicação social (Questão com possibilidade de resposta múltipla) (n=614, total de respondentes que consideraram que o Estado deveria apoiar o jornalismo)

Pouco menos de metade dos que responderam aos tipos de apoio do Estado defenderam soluções de financiamento direto ao consumo dos média, como a comparticipação dos gastos com o consumo de produtos jornalísticos ou a experiência francesa da oferta de subscrições aos jovens. Entre os jornalistas inquiridos, 17,6% optam por soluções normalmente consideradas menos invasivas da autonomia dos média, como a concessão de empréstimos com condições vantajosas.

O inquérito permitia que fossem apontadas outras possibilidades de apoio do Estado, um repto que foi aceite por 37 dos respondentes. Nessa lista encontramos soluções como o apoio individual a jornalistas (num regime idêntico à atribuição de bolsas de investigação), a criação de um fundo público de promoção do jornalismo de referência, a aplicação de taxas sobre a atividade das plataformas digitais, o alargamento da distribuição das receitas da Contribuição para o Audiovisual a todos os média ou a implementação de um programa de apoio aos projetos jornalísticos, segundo um modelo idêntico ao já existente no âmbito da Direção-Geral das Artes[7].

Quando questionados sobre que *mecanismos pode ou deve o Estado promover para apoiar a comunicação social*, no seguimento da crise suscitada pela pandemia da Covid-19, as respostas dos 672 respondentes inquiridos que admitiram o auxílio estatal neste contexto específico refletem

[7] Sobre este tipo de apoio veja-se: https://www.dgartes.gov.pt/pt/atividades/apoio_as_artes

as tendências gerais anteriormente observadas (Tabela 49): o apoio indireto ao consumo é a opção priorizada (75,9%). Já a ajuda resultante da compra de espaço publicitário – solução já adotada pelo Ministério da Cultura – colheu a aprovação entre 66,8% destes jornalistas. Esta opção é particularmente privilegiada entre os inquiridos da rádio (82,9%) e os que trabalhavam nos média de âmbito regional/local (79,5%).

	n	%
Benefícios fiscais de apoio ao consumo de média (isenção de IVA, etc.)	**510**	75,9
Apoio através de aquisição publicidade institucional	**449**	66,8
Apoio à circulação e difusão de conteúdos (porte pago e tecnologias de difusão)	**373**	55,5
Apoio direto ao consumo de média (vouchers para todos os cidadãos, ofertas de subscrição a jovens, etc.)	**306**	45,5
Empréstimos com condições vantajosas	**156**	23,2
Outro	**32**	4,8

Tabela 49: Mecanismos que o Estado deve ou pode promover para apoiar a comunicação social (no contexto económico suscitado pela Covid-19) (Questão com possibilidade de resposta múltipla) (n=672, total de respondentes que consideraram que o Estado deveria apoiar *o jornalismo no contexto da crise pandémica)*

Ainda que numa percentagem relativamente superior, os empréstimos com condições vantajosas permaneceram como a solução mais preterida pelos inquiridos. Ao conjunto heterogéneo de outras possibilidades elencadas no inquérito, juntaram-se propostas focadas no contexto da crise da Covid-19, como a criação de um subsídio de sobrevivência para jornalistas. A regulação mais apertada sobre a partilha ilegal de conteúdos ou a promoção de apoios e incentivos específicos com vista à reformulação dos modelos de negócio das empresas de média surgiram também entre as novas propostas formuladas pelos jornalistas inquiridos.

⁂

© 2020

Trabalho licenciado para

CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/